



31 de Dezembro de 2015
Demonstrações Contábeis Completas
Conglomerado Prudencial

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS – CONGLOMERADO PRUDENCIAL	3
--	---

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO – CONGLOMERADO PRUDENCIAL	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL...	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS – CONGLOMERADO PRUDENCIAL	9

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ÍNDICE	2
1. O BANCO E SUAS OPERAÇÕES	9
2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	9
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	12
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	20
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – IFD	21
8. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	28
9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	29
10. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS	34
11. CARTEIRA DE CÂMBIO	34
12. OUTROS VALORES E BENS	35
13. INVESTIMENTOS	35
14. IMOBILIZADO DE USO	36
15. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	36
16. INTANGÍVEL	37
17. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	37
18. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	38
19. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	39
20. OUTRAS OBRIGAÇÕES	39
21. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	41
22. RESULTADO NÃO OPERACIONAL	42
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42
24. TRIBUTOS	44
25. PARTES RELACIONADAS	46
26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	48
27. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	50
28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	53
29. OUTRAS INFORMAÇÕES	57
30. EVENTOS SUBSEQUENTES	58

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Votorantim S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Votorantim S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 3.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas nas notas explicativas nº 3 e 4, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Votorantim S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 3 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 3 às referidas demonstrações contábeis, que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco Votorantim S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 18 de fevereiro de 2016.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Banco Votorantim S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

		31.12.2015	31.12.2014			31.12.2015	31.12.2014
ATIVO CIRCULANTE		62.533.563	49.958.137	PASSIVO CIRCULANTE		70.930.978	57.420.253
Disponibilidades	(Nota 5)	179.921	190.247	Depósitos	(Nota 17a)	2.627.146	2.279.960
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 6a)	16.893.189	7.346.668	Depósitos à vista		81.331	149.221
Aplicações no mercado aberto		14.852.649	5.827.192	Depósitos interfinanceiros		778.942	185.117
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.040.540	1.519.476	Depósitos a prazo		1.766.873	1.945.622
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos		16.685.743	13.946.941	Captações no Mercado Aberto	(Nota 17c)	32.050.247	25.825.776
Carteira própria	(Nota 7a)	11.072.995	8.702.646	Carteira própria		26.291.499	21.726.736
Vinculados a compromissos de recompra	(Nota 7a)	3.486.611	4.440.043	Carteira de terceiros		4.713.636	4.099.040
Vinculados à prestação de garantias	(Nota 7a)	1.157.610	358.684	Carteira de livre movimentação		1.045.112	-
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 7d)	1.299.153	547.008	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(Nota 19)	15.483.086	10.741.385
(Provisão para desvalorização de títulos livres)	(Nota 7a)	(330.626)	(101.440)	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		7.659.358	9.391.029
Relações Interfinanceiras		72.157	75.327	Recursos de debêntures		571	118
Créditos vinculados	(Nota 8a)	20.232	55.205	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		7.823.157	1.317.958
Depósitos no Banco Central		20.232	55.205	Certificados de operações estruturadas		-	32.280
Repasses interfinanceiros		51.668	19.627	Relações Interdependências		83.208	36.157
Correspondentes		257	495	Recursos em trânsito de terceiros		83.208	31.947
Relações Interdependências		-	1.376	Transferências internas de recursos		-	4.210
Transferências internas de recursos		-	1.376	Obrigações por Empréstimos	(Nota 18a)	4.090.964	2.875.467
Operações de Crédito	(Nota 9a)	21.187.840	23.072.356	Empréstimos no país - outras instituições		-	3.818
Setor público		117.549	51.928	Empréstimos no exterior		4.090.964	2.871.649
Setor privado		15.611.411	19.497.194	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 18b)	878.211	1.308.929
Operações de crédito vinculadas a cessão		7.345.265	6.009.017	Tesouro Nacional		71.884	71.884
(Provisão para operações de crédito)		(1.886.385)	(2.485.783)	BNDES		417.564	720.144
Operações de Arrendamento Mercantil		(17.561)	(11.783)	Finame		388.763	487.445
Arrendamento a receber - Setor privado	(Nota 15b)	185.413	301.513	Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7d)	1.805.525	868.930
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(Nota 15b)	(180.132)	(292.090)	Outras Obrigações		13.912.591	13.483.649
Adiantamentos a fornecedores		-	3.006	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		17.975	13.041
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	(Nota 9a)	(22.842)	(24.212)	Carteira de câmbio	(Nota 11a)	1.533.310	1.052.608
Outros Créditos		7.281.354	5.143.301	Sociais e estatutárias		297.798	323.831
Carteira de câmbio	(Nota 11a)	2.192.550	1.722.135	Fiscais e previdenciárias	(Nota 20a)	595.021	692.510
Rendas a receber		18.290	29.576	Credores por antecipação de valor residual		45.723	358.653
Negociação e intermediação de valores		722.307	295.325	Negociação e intermediação de valores		367.996	372.168
Diversos	(Nota 10)	4.645.384	3.374.520	Dívidas subordinadas	(Nota 20b)	576.404	-
(Provisão para outros créditos)	(Nota 9a)	(297.177)	(278.255)	Diversas	(Nota 20d)	10.478.364	10.670.838
Outros Valores e Bens	(Nota 12)	250.920	193.704	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		31.771.251	34.914.237
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		262.969	160.759	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		31.723.004	34.881.776
(Provisão para desvalorizações)		(45.293)	(35.793)	Depósitos	(Nota 17a)	1.578.732	1.530.570
Despesas antecipadas		33.244	68.738	Depósitos interfinanceiros		1.153.560	1.044.610
ATIVO NÃO CIRCULANTE		47.785.330	49.930.227	Depósitos a prazo		425.172	485.960
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		47.022.990	48.653.502	Captações no Mercado Aberto	(Nota 17c)	749.675	2.160.045
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 6a)	294.207	36.725	Carteira própria		749.675	2.148.973
Aplicações no mercado aberto		-	25.450	Carteira de terceiros		-	8
Aplicações em depósitos interfinanceiros		294.207	11.275	Carteira de livre movimentação		-	11.064
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos		16.287.748	17.167.139	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(Nota 19)	9.839.719	12.172.505
Carteira própria	(Nota 7a)	7.204.130	6.303.207	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		9.539.573	6.875.259
Vinculados a compromissos de recompra	(Nota 7a)	5.844.175	7.587.828	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		300.146	5.297.246
Vinculados à prestação de garantias	(Nota 7a)	1.989.055	2.357.748	Obrigações por Empréstimos	(Nota 18a)	137.011	-
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 7d)	1.250.388	957.730	Empréstimos no exterior		137.011	-
(Provisão para desvalorização de títulos livres)	(Nota 7a)	-	(39.374)	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	(Nota 18b)	2.787.022	2.477.381
Operações de Crédito	(Nota 9a)	23.057.311	24.251.227	Tesouro Nacional		5.804	9.232
Setor público		587.746	472.550	BNDES		1.164.276	1.342.166
Setor privado		17.176.631	17.936.622	Finame		1.616.942	1.125.983
Operações de crédito vinculadas a cessão		6.677.220	6.881.728	Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7d)	1.108.857	805.455
(Provisão para operações de crédito)		(1.384.286)	(1.039.673)	Outras Obrigações		15.521.988	15.735.820
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.993)	(7.590)	Fiscais e previdenciárias	(Nota 20a)	573.104	740.466
Arrendamento a receber - Setor privado	(Nota 15b)	31.603	118.974	Negociação e intermediação de valores		140.726	110.107
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(Nota 15b)	(30.703)	(117.155)	Credores por antecipação de valor residual		7.794	64.255
Adiantamentos a fornecedores		-	486	Dívidas subordinadas	(Nota 20b)	5.469.532	5.805.248
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	(Nota 9a)	(3.893)	(9.895)	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	(Nota 20c)	881.642	434.290
Outros Créditos		7.012.047	6.576.072	Diversas	(Nota 20d)	8.449.190	8.581.454
Créditos por avais e fianças honrados		197.497	608.401	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		48.247	32.461
Carteira de câmbio	(Nota 11a)	-	10.491	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.616.664	7.553.874
Rendas a receber		585	56.845	Capital		7.483.754	7.125.761
Negociação e intermediação de valores		566	339	De domiciliados no País		7.483.754	7.125.761
Diversos	(Nota 10)	7.370.951	6.323.785	Reservas de Capital		372.120	372.120
(Provisão para outros créditos)	(Nota 9a)	(557.552)	(423.789)	Reservas de Lucros		392.434	383.116
Outros Valores e Bens	(Nota 12)	374.670	629.929	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(Nota 23e)	(631.644)	(327.123)
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		375	-	ATIVO NÃO CIRCULANTE		47.785.330	49.930.227
(Provisão para desvalorizações)		(164)	-	PERMANENTE		762.340	1.276.725
Despesas antecipadas		374.459	629.929	Investimentos		324.449	299.515
PERMANENTE		762.340	1.276.725	Participações em controladas	(Nota 13a)	255.969	238.026
Investimentos		324.449	299.515	No País		255.969	238.026
Participações em controladas	(Nota 13a)	255.969	238.026	Outros investimentos	(Nota 13b)	115.712	104.859
No País		255.969	238.026	(Imparidade acumulada)	(Nota 13b)	(47.232)	(43.370)
Outros investimentos	(Nota 13b)	115.712	104.859	Imobilizado de Uso	(Nota 14)	97.125	93.524
(Imparidade acumulada)	(Nota 13b)	(47.232)	(43.370)	Outras imobilizações de uso		248.989	236.927
Imobilizado de Uso	(Nota 14)	97.125	93.524	(Depreciação acumulada)		(151.864)	(143.403)
Outras imobilizações de uso		248.989	236.927	Imobilizado de Arrendamento	(Nota 15a)	213.108	802.406
(Depreciação acumulada)		(151.864)	(143.403)	Bens arrendados		439.711	1.301.704
Imobilizado de Arrendamento	(Nota 15a)	213.108	802.406	Superveniência de depreciação		60.716	503.234
Bens arrendados		439.711	1.301.704	Depreciações acumuladas		(287.319)	(1.002.532)
Superveniência de depreciação		60.716	503.234	Intangível	(Nota 16)	85.351	39.722
Depreciações acumuladas		(287.319)	(1.002.532)	Ativos intangíveis		170.330	99.297
Intangível	(Nota 16)	85.351	39.722	(Amortização acumulada)		(60.129)	(35.784)
Ativos intangíveis		170.330	99.297	(Imparidade acumulada)		(24.850)	(23.791)
(Amortização acumulada)		(60.129)	(35.784)	Diferido		42.307	41.558
(Imparidade acumulada)		(24.850)	(23.791)	Gastos de organização e expansão		36.851	41.776
Diferido		42.307	41.558	Perdas em arrendamentos a amortizar		37.812	34.227
Gastos de organização e expansão		36.851	41.776	(Amortização acumulada)		(32.356)	(34.445)
Perdas em arrendamentos a amortizar		37.812	34.227	TOTAL DO ATIVO		110.318.893	99.888.364
(Amortização acumulada)		(32.356)	(34.445)	TOTAL DO PASSIVO		110.318.893	99.888.364

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais, exceto o Resultado do período por lote de mil ações)

		2º semestre/2015	Exercícios	
			2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		10.933.955	20.477.192	17.435.589
Operações de crédito	(Nota 9c)	4.256.631	8.251.554	8.086.659
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 9i)	203.703	689.431	1.789.437
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 7b)	2.693.429	5.049.816	3.687.319
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(Nota 7 d.9)	1.349.366	1.853.342	310.243
Resultado de operações de câmbio	(Nota 11b)	271.727	507.869	164.830
Resultado das aplicações compulsórias	(Nota 8b)	-	-	278
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		2.159.099	4.125.180	3.396.823
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(10.696.283)	(18.920.080)	(14.540.721)
Operações de captação no mercado	(Nota 17d)	(6.012.216)	(10.775.864)	(7.344.898)
Operações de empréstimos e repasses	(Nota 18c)	(1.067.422)	(1.441.063)	(371.531)
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 9i)	(180.439)	(623.956)	(1.662.014)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(1.578.021)	(3.018.154)	(2.339.962)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Nota 9g)	(1.858.185)	(3.061.043)	(2.822.316)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		237.672	1.557.112	2.894.868
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(829.703)	(1.801.438)	(2.453.832)
Receitas de prestação de serviços	(Nota 21a)	232.073	442.864	449.681
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 21b)	266.775	518.659	511.154
Despesas de pessoal	(Nota 21c)	(580.070)	(1.209.701)	(1.318.061)
Outras despesas administrativas	(Nota 21d)	(589.292)	(1.130.273)	(1.099.506)
Despesas tributárias	(Nota 24c)	(188.174)	(401.992)	(515.299)
Resultado de participações em controladas	(Nota 13a)	78.822	155.873	147.842
Outras receitas operacionais	(Nota 21e)	642.201	981.850	632.463
Outras despesas operacionais	(Nota 21f)	(692.038)	(1.158.718)	(1.262.106)
RESULTADO OPERACIONAL		(592.031)	(244.326)	441.036
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(Nota 22)	(11.260)	(28.757)	106.172
Receitas não operacionais		17.635	43.045	155.451
Despesas não operacionais		(28.895)	(71.802)	(49.279)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		(603.291)	(273.083)	547.208
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 24a)	890.356	935.751	144.918
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS LUCROS E RESULTADOS		(73.121)	(180.948)	(189.679)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		-	-	-
LUCRO LÍQUIDO		213.944	481.720	502.447

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA - CONGLOMERADO PRUDEN

Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015 e 2014

e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

EVENTOS	Capital Social		Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de valor patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Aumento de Capital		Legal	Outras			
Saldos em 31.12.2013	7.026.841	98.920	372.120	-	-	(357.199)	-	7.140.682
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 23e)	-	-	-	-	-	30.076	-	30.076
Integralização de Capital (Nota 23a)	98.920	(98.920)	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	502.447	502.447
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	25.123	-	-	(25.123)	-
Dividendos (Nota 23d)	-	-	-	-	-	-	(119.331)	(119.331)
Reserva especiais de lucros	-	-	-	-	357.993	-	(357.993)	-
Saldos em 31.12.2014	7.125.761	-	372.120	25.123	357.993	(327.123)	-	7.553.874
Mutações do período	98.920	(98.920)	-	25.123	357.993	30.076	-	413.192
Saldos em 30.6.2015	7.483.754	-	372.120	38.512	-	(301.707)	254.387	7.847.066
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos (Nota 23e)	-	-	-	-	-	(329.937)	-	(329.937)
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	213.944	213.944
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	10.697	-	-	(10.697)	-
Dividendos (Nota 23d)	-	-	-	-	-	-	(114.409)	(114.409)
Reserva especiais de lucros	-	-	-	-	343.225	-	(343.225)	-
Saldos em 31.12.2015	7.483.754	-	372.120	49.209	343.225	(631.644)	-	7.616.664
Mutações do período	-	-	-	10.697	343.225	(329.937)	(254.387)	(230.402)
Saldos em 31.12.2014	7.125.761	-	372.120	25.123	357.993	(327.123)	-	7.553.874
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos (Nota 23e)	-	-	-	-	-	(304.521)	-	(304.521)
Aumento de capital (Nota 23a)	357.993	-	-	-	(357.993)	-	-	-
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	481.720	481.720
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	24.086	-	-	(24.086)	-
Dividendos (Nota 23d)	-	-	-	-	-	-	(114.409)	(114.409)
Reserva especiais de lucros	-	-	-	-	343.225	-	(343.225)	-
Saldos em 31.12.2015	7.483.754	-	372.120	49.209	343.225	(631.644)	-	7.616.664
Mutações do período	357.993	-	-	24.086	(14.768)	(304.521)	-	62.790

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 e
 semestre findo em 31 de Dezembro de 2015.

(Em milhares de Reais)

	2º semestre	Exercício	
	2015	2015	2014
Fluxos de caixa provenientes das operações			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(603.291)	(273.083)	547.208
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.245.843	1.901.889	2.800.460
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos (Nota 9g)	1.858.185	3.061.043	2.822.316
Depreciações e amortizações	76.715	189.322	356.124
Insuficiência de depreciação	112.535	442.517	1.261.711
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	4.182	4.920	13.330
Resultado de participação em controladas	(78.822)	(155.873)	(147.842)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens (Nota 22)	8.029	19.113	5.025
(Lucro) Prejuízo na alienação de investimentos (Nota 22)	-	-	(149.147)
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens (Nota 22)	13.142	10.722	31.451
Despesas (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	86.280	229.072	194.941
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(150.972)	(234.980)	(109.480)
Receita de juros de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(306.718)	(918.679)	(701.126)
Receita de juros de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(345.506)	(711.179)	(843.176)
Outras receitas e despesas operacionais	(30.793)	(33.395)	58.017
Outras receitas e despesas não operacionais	-	-	8.600
Outros ajustes	(414)	(714)	(284)
Lucro (Prejuízo) ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	642.552	1.628.806	3.347.668
Variações Patrimoniais	4.273.335	1.312.599	(9.473.366)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	384.970	(3.727.644)	2.095.385
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	(109.694)	(1.505.915)	(1.325.089)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências	(11.445)	16.624	89.465
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	24.048	34.973	72.570
(Aumento) Redução em operações de crédito	491.226	231.345	(35.623)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	(3.146)	(22.766)	(27.797)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos	(2.142.590)	(1.765.745)	(2.005.915)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(4.537)	168.208	76.105
Imposto de renda e contribuição social pagos	(78.131)	(374.608)	(403.260)
(Redução) Aumento em depósitos	(828.030)	395.348	(4.661.550)
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto	4.863.209	4.814.101	(4.467.502)
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	1.631.314	2.408.915	(1.123.799)
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	1.073.259	1.231.431	9.761
(Redução) Aumento em outras obrigações	(1.034.240)	(607.454)	2.235.709
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros	17.122	15.786	(1.826)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	4.915.887	2.941.405	(6.125.698)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(7.320.615)	(9.072.543)	(8.294.613)
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-	-	(230.540)
(Aquisição) de investimentos	(17.943)	(17.958)	(32.481)
(Aquisição) de imobilizado de uso e de arrendamento	(59.542)	(111.590)	(314.707)
(Aquisição) de intangíveis	(48.106)	(72.123)	(33.480)
(Aquisição) de diferidos	(13.757)	(23.506)	(43.805)
Alienação, vencimento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	1.910.472	9.709.735	13.198.664
Vencimento de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-	1.649.534	-
Alienação/Redução de investimentos	2.420	2.420	172.708
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento	36.960	103.780	325.960
Alienação de intangíveis	3.489	5.324	10.957
Alienação de diferidos	4.524	5.251	14.304
Juros sobre o capital próprio / Dividendos recebidos	-	142.615	114.176
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(5.502.098)	2.320.939	4.887.143
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	-	(119.331)	-
(Redução) Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	(452.958)	240.688	(1.552.965)
(Redução) Aumento em instrumentos de dívidas elegíveis a capital	212.111	447.352	434.290
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(240.847)	568.709	(1.118.675)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(827.058)	5.831.053	(2.357.230)
Início do período	9.544.043	2.801.924	5.049.674
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	150.972	234.980	109.480
Fim do período (Nota 5)	8.867.957	8.867.957	2.801.924
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(827.058)	5.831.053	(2.357.230)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas – Conglomerado Prudencial

1. O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco Votorantim S.A. (Banco Votorantim ou Banco) é uma Companhia de Capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial, de investimento e de operações de câmbio.

Por intermédio de suas controladas, a Companhia atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de fundos de investimento e de cartões de crédito, de corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Em 31 de janeiro de 2014, os administradores do Banco Votorantim aprovaram a incorporação da BV Sistemas de Tecnologia da Informação S.A. ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 31 de dezembro de 2013, data base da operação, no montante de R\$ 20.813; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. Como decorrência natural, a BV Sistemas teve sua personalidade jurídica extinta e o Banco Votorantim passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A Incorporação não implicou em um aumento do Capital Social do Banco e o Estatuto Social não sofreu qualquer alteração.

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais de 31 de dezembro de 2013 da BV Sistemas incorporados pelo Banco Votorantim:

- Ativos: R\$ 65.852
- Passivos: R\$ 45.039
- Patrimônio Líquido: R\$ 20.813

A incorporação justifica-se uma vez que representa um aprimoramento da respectiva estrutura societária, promovendo uma racionalização das operações, a simplificação da administração e de procedimentos contábeis e financeiros; minimizando despesas administrativas e otimizando seus ativos e resultados.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de atender as determinações do CMN e do BACEN e não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais. A consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução 4.280 é fundamentada em conceitos específicos de consolidação e/ou combinação determinados pelo CMN e BACEN, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das

Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Em 31 de outubro de 2013, o CMN emitiu a Resolução nº. 4.280 que estabeleceu a elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis de forma consolidada, abrangendo também os fundos de investimento nos quais as entidades do conglomerado, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

Em 31 de março de 2014, o BACEN editou a Circular nº. 3701 estabelecendo procedimentos para a elaboração, a divulgação e remessa ao Banco Central do Brasil das Demonstrações Contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis consolidadas – Conglomerado Prudencial foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas Demonstrações Contábeis. O processo inclui a consolidação dos fundos de investimentos exclusivos e dos fundos de investimentos em direitos creditórios, de acordo com a Resolução CMN 4.280/2013 para fins do Conglomerado Prudencial. Os saldos contábeis das controladas diretas no exterior, que são preparados de acordo com as normas internacionais de contabilidade, foram convertidos para Reais, utilizando-se a cotação do Dólar americano na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 4. A variação cambial das operações da agência e das empresas controladas no exterior foi distribuída nas linhas da Demonstração de Resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 – Divulgação de Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Eventos Subsequentes e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, cuja adoção será iniciada em 1º de Janeiro de 2016.

O Banco aplica o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

Caso venha a aplicar os demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN, os reflexos resultarão em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto no seguinte pronunciamento que pode gerar impacto relevante na demonstração contábil:

CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - ajuste na provisão pra crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.

Adicionalmente, o Banco Central emitiu em 17 de dezembro a Resolução Nº 4.455 que trata dos procedimentos contábeis a serem observados no reconhecimento dos efeitos das variações

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

cambiais na conversão de demonstrações financeiras e no Hedge de variação cambial de dependência e de entidade coligada ou controlada no exterior. Esta norma requer que o resultado de equivalência patrimonial tenha a parcela do resultado auferido reconhecida no resultado do período, e a parcela correspondente à variação cambial, líquida dos efeitos tributários, reconhecidas como componente destacado do patrimônio líquido. A norma deve ser aplicada prospectivamente a partir de 1º de julho de 2016, e os possíveis impactos estão sendo avaliados para implementação na data em vigor da norma.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2016.

Participações societárias e fundos de investimentos incluídos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial, segregadas por segmentos de negócios:

		31.12.2015	31.12.2014
	Atividade	% de Participação	
Segmento Bancário – País			
BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ^{(1) (2)}	Financeira	100,00%	100,00%
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. ^{(1) (2)}	Arrendamento	100,00%	100,00%
Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ^{(1) (2)}	Corretora	99,99%	99,99%
Segmento Gestão de Recursos			
Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda. ^{(1) (2)}	Administração de ativos	99,99%	99,99%
Segmento Bancário – Exterior			
Votorantim Bank Limited ^{(1) (2)}	Bancária	99,99%	99,99%
Banco Votorantim Securities Inc. ^{(1) (2)}	Corretora	100,00%	100,00%
Votorantim Securities (UK) Limited ^{(1) (2)}	Corretora	100,00%	100,00%
Outros Segmentos			
BV Financeira - Fundo de Investimento em Direiros Creditórios I	Fundo de investimento	-	77,23%
BV Financeira - Fundo de Investimento em Direiros Creditórios II	Fundo de investimento	-	100,00%
BV Financeira - Fundo de Investimento em Direiros Creditórios VI	Fundo de investimento	-	26,73%
BVIA Fundo de Investimento em Participações ^{(2) (3)}	Fundo de investimento	100,00%	100,00%

⁽¹⁾ Controladas.
⁽²⁾ Demonstrações contábeis para consolidação relativas a dezembro de 2015.
⁽³⁾ Consolidada conforme Artigo 4º da Resolução CMN 4.280, de 31 de outubro de 2013.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas reclassificações no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, dentre as quais destacamos:

- Reclassificação de cessões de duplicatas sem coobrigação de Operações de crédito para Outros créditos em 31 de dezembro de 2014.
- Reclassificação de títulos e créditos a receber de Operações de arrendamento mercantil para Outros créditos em 31 de dezembro de 2014.
- Provisão para operações de arrendamento mercantil referente à títulos e créditos a receber para Provisão para outros créditos em 31 de dezembro de 2014.
- Reclassificação de custos associados à produção de operações de crédito de Receita da Intermediação Financeira – Operações de Crédito para Outras Receitas/Despesas Operacionais – Outras Despesas Operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
- Reclassificação de reversão de provisão de valores a pagar de Outras Receitas/Despesas Operacionais – Outras Receitas Operacionais para Outras Despesas Administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Balanco Patrimonial

	31.12.2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
Operações de Crédito	48.735.039	(1.411.456)	47.323.583
Setor privado	20.914.349	(1.417.155)	19.497.194
(Provisão para operações de crédito)	(2.491.482)	5.699	(2.485.783)
Operações de Arrendamento Mercantil	(9.059)	(10.314)	(19.373)
Arrendamento a receber - Setor privado	433.539	(13.052)	420.487
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(410.211)	966	(409.245)
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	(35.879)	1.772	(34.107)
Outros Créditos	10.297.603	1.421.770	11.719.373
Diversos	8.269.064	1.429.241	9.698.305
(Provisão para outros créditos)	(694.573)	(7.471)	(702.044)
Diferido	41.558	-	41.558
Gastos de organização e expansão	76.003	(34.227)	41.776
Perdas em arrendamentos a amortizar	-	34.227	34.227

Demonstração do Resultado

	Exercício/2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.819.335	616.254	17.435.589
Operações de crédito (Nota 9c)	7.474.049	612.610	8.086.659
Operações de arrendamento mercantil (Nota 9i)	1.785.855	3.582	1.789.437
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 7b)	3.687.257	62	3.687.319
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.278.614	616.254	2.894.868
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(1.837.578)	(616.254)	(2.453.832)
Outras despesas administrativas (Nota 21d)	(1.118.104)	18.598	(1.099.506)
Despesas tributárias (Nota 24c)	(514.893)	(406)	(515.299)
Outras receitas operacionais (Nota 21e)	712.933	(80.470)	632.463
Outras despesas operacionais (Nota 21f)	(708.130)	(553.976)	(1.262.106)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 22)	106.172	-	106.172
Receitas não operacionais	179.204	(23.753)	155.451
Despesas não operacionais	(73.032)	23.753	(49.279)

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco Votorantim são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de

desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderente aos preços praticados no período.

O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (Ajuste de *spread* de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (*Credit valuation adjustment – CVA*).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se em conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período. Não possuímos operações nessa classificação.

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo e reconhecido pelo prazo remanescente pela nova taxa de juros efetiva.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis para as operações de varejo. Para as operações de atacado, a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso também se aplica, conforme a avaliação interna.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando

então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Os contratos de arrendamento mercantil são apresentados de acordo com a natureza individual dos itens que compõem essas operações (Nota Explicativa 9b e 9c):

- Arrendamentos a receber: registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.
- Rendas a apropriar de arrendamento a receber: são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
- Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniência / Insuficiência de depreciações" do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 9e).

As operações de crédito e arrendamento mercantil, que são objetos de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de crédito e arrendamento mercantil, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

O resultado das cessões de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011 foi apurado na data da cessão, sendo reconhecido integralmente, mediante baixa dos ativos correspondentes, independente da retenção ou não do risco. Para a carteira de operações de crédito cedida com coobrigação, a Administração constitui provisão para perdas, registrada em Outras Obrigações – Diversas – Credores Diversos – No País.

A partir de 01 de janeiro de 2012, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço da Companhia; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço da Companhia.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

As operações de “Direito de usufruto de ações” foram registradas com base nos recursos pagos referente à constituição de usufruto oneroso e temporário de ações de outras empresas, a favor do Conglomerado, as quais conferem, dentre outros direitos e vantagens, o direito de receber dividendos, na forma prevista nos Estatutos Sociais de cada uma das empresas. Os recursos pagos são diferidos em contrapartida ao resultado conforme prazo de vigência de cada operação de usufruto, enquanto os valores oriundos dos direitos de recebimento dos dividendos são reconhecidos como receita quando da comprovação do direito.

Até 31 de dezembro de 2014, a parcela da remuneração referente à originação de operações de crédito ou arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes bancários era registrada no ativo e reconhecida como despesa pelo prazo do contrato, ou imediatamente quando da liquidação ou baixa da operação por qualquer motivo.

A partir de 01 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito ou de arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes são registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação.

Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

Para o exercício de 2016, até um terço da remuneração referente à originação de operações de crédito será registrado no ativo e reconhecido no resultado de forma linear, respeitando-se o prazo máximo de 36 meses. As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, terão a remuneração citada reconhecida integralmente como despesa.

A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

i) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do Patrimônio Líquido da controlada. As Demonstrações Contábeis das controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme legislação vigente e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: veículos – 20%, sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10% (Nota Explicativa nº 14).

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação da Companhia e os gastos efetuados até 30 de setembro de 2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortização calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado. Durante o período, não houve aquisições em decorrência da regulamentação vigente. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos

contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos *softwares*, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo. A amortização é calculada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, contabilizada em Outras Despesas Administrativas – Amortização (Nota Explicativa nº 21d).

Imobilizado de arrendamento: o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Investimentos

A metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, baseia-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento exceder seu valor recuperável.

Intangível

Softwares - os *softwares* desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

k) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto e longo prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com o prazo de cada programa/benefício atribuído a cada colaborador.

No “Programa de incentivo de curto e longo prazo” elegível aos diretores e empregados do Conglomerado, é oferecida a oportunidade de investir em “ações virtuais” da Companhia. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em “Outras obrigações diversas – Provisão

para pagamentos a efetuar” em contrapartida à rubrica de “Despesas de pessoal – Proventos”. Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 26.

Em 25 de junho de 2015, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução nº 4.424/2015, cuja vigência iniciará em 01 de janeiro de 2016, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados que deve ser aplicado pela entidade empregadora na contabilização e na divulgação dos benefícios concedidos aos colaboradores. O Pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo quando o colaborador prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro e uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do colaborador em troca de benefícios a esse colaborador. A adoção desta norma não resultará em impactos relevantes nas demonstrações financeiras subsequentes.

l) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

⁽¹⁾ Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada BV Leasing.

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 27).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações

e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

o) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por cobranças a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

Observadas situações nas quais, como resultado de eventos passados, possa haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de obrigação presente ou obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Instituição, esta constitui Passivo Contingente "Avais e Fianças não honradas", baseado em estimativas confiáveis da obrigação tendo sua mensuração a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do Balanço.

As operações de avais e fianças não honradas terão provisionamento atribuído a cada cliente do grupo econômico por meio de características como setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório, controle acionário e gestão, bem como solidez financeira, sendo estas variáveis capturadas por meio dos modelos de "rating" de forma qualitativa e quantitativa, levando-se em consideração as respectivas provisões mínimas conforme definido pela Resolução CMN nº 2.682/1999, a provisão de fiança não honrada é reconhecida em Outras Obrigações – Diversas – Credores Diversos no País (Nota Explicativa nº 20d)."

p) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2015	31.12.2014
Disponibilidades	179.921	190.247
Disponibilidades em moeda nacional	5.219	116.173
Disponibilidades em moeda estrangeira	174.702	74.074
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	8.688.036	2.611.677
Aplicações no mercado aberto - vendas a liquidar - posição bancada	7.499.104	1.713.671
Aplicações em depósitos interfinanceiros	991.360	452.705
Aplicações em moedas estrangeiras	197.572	445.301
Total	8.867.957	2.801.924

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2015	31.12.2014
Aplicações no Mercado Aberto	14.852.649	5.852.642
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	9.055.642	1.730.570
Letras Financeiras do Tesouro	1.300.057	-
Letras do Tesouro Nacional	577.629	1.715.853
Notas do Tesouro Nacional	7.177.956	7.000
Outras	-	7.717
Re vendas a Liquidar - Posição Financiada	4.725.598	4.104.339
Letras Financeiras do Tesouro	707.030	-
Letras do Tesouro Nacional	4.018.568	4.104.339
Re vendas a Liquidar - Posição Vendida	1.071.409	17.733
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	1.071.409	-
Outras	-	17.733
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.334.747	1.530.751
Total	17.187.396	7.383.393
Ativo circulante	16.893.189	7.346.668
Ativo não circulante	294.207	36.725

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	1.051.660	1.791.697	756.424
Posição bancada	999.322	1.368.628	443.427
Posição financiada	7.517	356.024	279.189
Posição vendida	44.821	67.045	33.808
Rendas de Aplic. em Dep. Interfinanceiros	70.898	117.062	114.495
Total	1.122.558	1.908.759	870.919

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Na demonstração “Balanço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2015					Total			31.12.2014		
	Valor de Mercado					Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360				Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	740	851.305	1.647.379	362.346	2.352.893	5.291.493	5.214.663	(76.830)	3.544.823	3.513.554	(31.269)
Títulos Públicos	-	851.305	1.647.379	264.526	2.321.860	5.161.629	5.085.070	(76.559)	3.366.221	3.338.282	(27.939)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	4.909	575.794	580.720	580.703	(17)	1.508.227	1.508.157	(70)
Letras do Tesouro Nacional	-	851.009	1.647.379	35.929	410.368	2.945.833	2.944.685	(1.148)	589.869	583.621	(6.248)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	223.688	1.323.282	1.621.663	1.546.970	(74.693)	1.204.256	1.183.680	(20.576)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	296	-	-	12.416	13.413	12.712	(701)	37.307	36.262	(1.045)
Títulos de governos estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	26.562	26.562	-
Títulos Privados	740	-	-	97.820	31.033	129.864	129.593	(271)	178.602	175.272	(3.330)
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	1.099	802	(297)
Ações	203	-	-	-	-	52	203	151	52	27	(25)
<i>Eurobonds</i>	-	-	-	-	981	1.842	981	(861)	93.075	89.237	(3.838)
Letras Financeiras	-	-	-	97.820	-	97.820	97.820	-	84.376	84.376	-
Outros	537	-	-	-	30.052	30.150	30.589	439	-	830	830
2 – Títulos Disponíveis para Venda	1.670.033	489.966	354.007	1.331.746	14.215.054	18.752.976	18.060.806	(692.170)	18.322.062	18.008.952	(313.110)
Títulos Públicos	-	429.773	-	689.469	9.156.738	10.811.150	10.275.980	(535.170)	10.006.293	9.821.838	(184.455)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	200	1.325	1.525	1.525	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	-	429.773	-	438.343	4.128.851	5.185.339	4.996.967	(188.372)	7.017.558	6.943.354	(74.204)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	250.234	4.007.178	4.539.090	4.257.412	(281.678)	2.975.523	2.865.182	(110.341)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	692	618	1.322	1.310	(12)	13.212	13.302	90
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	1.018.766	1.083.874	1.018.766	(65.108)	-	-	-
Títulos Privados	1.670.033	60.193	354.007	642.277	5.058.316	7.941.826	7.784.826	(157.000)	8.315.769	8.187.114	(128.655)
Debêntures ⁽¹⁾	-	20.400	122.255	53.001	2.885.596	3.199.560	3.081.252	(118.308)	3.146.049	3.029.375	(116.674)
Notas Promissórias ⁽²⁾	-	-	30.184	354.891	200.246	636.030	585.321	(50.709)	172.142	171.560	(582)
Ações ⁽³⁾	1.653.502	-	-	-	-	1.462.686	1.653.502	190.816	1.113.171	1.119.082	5.911
Cotas de Fundos de Investimentos	16.531	-	-	-	610.622	627.153	627.153	-	2.004.048	2.004.048	-
Cotas de FIDC	-	-	-	-	7.026	7.026	7.026	-	5.694	5.694	-
Cédulas de produto rural - commodities ⁽⁴⁾	-	25.962	194.444	68.219	85.502	390.383	374.127	(16.256)	619.842	603.536	(16.306)
Eurobonds ⁽⁵⁾	-	13.831	-	39.231	482.929	670.230	535.991	(134.239)	489.152	480.409	(8.743)
Credit Linked Notes	-	-	-	-	220.067	242.451	220.067	(22.384)	306.144	313.737	7.593
Letras Financeiras	-	-	-	126.935	312.077	443.184	439.012	(4.172)	206.358	206.236	(122)
Outros	-	-	7.124	-	254.251	263.123	261.375	(1.748)	253.169	253.437	268
3 – Títulos Mantidos até o Vencimento	-	1.719.091	-	4.565.696	800.118	7.148.481	7.084.905	(63.576)	8.086.836	8.035.227	(51.609)
Títulos Públicos	-	1.719.091	-	4.565.696	800.118	7.148.481	7.084.905	(63.576)	8.086.836	8.035.227	(51.609)
Letras do Tesouro Nacional	-	1.719.091	-	3.432.135	-	5.186.366	5.151.226	(35.140)	6.239.009	6.206.232	(32.777)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	1.133.561	800.118	1.962.115	1.933.679	(28.436)	1.847.827	1.828.995	(18.832)
Total (1 + 2 + 3)	1.670.773	3.060.362	2.001.386	6.259.788	17.368.065	31.192.950	30.360.374	(832.576)	29.953.721	29.557.733	(395.988)

O valor de mercado contempla o ajuste prudencial de risco spread de crédito, atendendo ao disposto no artigo 8º da Resolução nº 4.277/2013, do Banco Central do Brasil.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" estão contabilizados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/2001 pelo valor de custo. Para fins de apresentação, estas operações estão ajustadas ao valor de mercado (Nota Explicativa 7a.5).

- (1) O valor de custo inclui provisão para perdas no montante de R\$ 75.764 em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (2) O valor de custo inclui provisão para perdas no montante de R\$ 101.397 em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (3) O valor de custo inclui provisão para perdas no montante de R\$ 87.444 (R\$ 98.103 em 31 de dezembro de 2014) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários. O valor de mercado das ações representa a cotação divulgada pela BM&FBovespa.
- (4) O valor de mercado das Cédulas de Produto Rural considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 7.132 (R\$ 3.337 em 31 de dezembro de 2014) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (5) O valor de mercado de Eurobonds considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 58.889 (R\$ 39.374 em 31 de dezembro de 2014) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.12.2015						31.12.2014				
	Valor de Mercado					Valor de custo	Total		Total		
	Sem vcto	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360		Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	1.670.773	3.060.362	2.001.386	6.259.788	17.368.065	31.192.950	30.360.374	(832.576)	29.953.721	29.557.733	(395.988)
Carteira própria	1.758.217	3.303.544	432.000	3.657.427	9.102.632	13.338.177	18.253.820	4.915.643	15.204.273	15.001.642	(202.631)
Vinculados a compromisso de recompra	-	-	1.569.386	2.243.364	5.489.080	14.879.999	9.301.830	(5.578.169)	12.155.703	11.984.855	(170.848)
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	358.997	2.776.353	3.305.400	3.135.350	(170.050)	2.734.559	2.712.050	(22.509)
Provisão para desvalorização de títulos livres	(87.444)	(243.182)	-	-	-	(330.626)	(330.626)	-	(140.814)	(140.814)	-

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	31.12.2015					31.12.2014			
	Sem vencimento	Valor de Mercado			A vencer após 10 anos	Total		Total	
		A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos		Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	1.670.773	11.321.536	12.684.834	3.981.053	702.178	31.192.950	30.360.374	29.953.721	29.557.733
Títulos para negociação	740	2.861.030	1.152.920	1.198.655	1.318	5.291.493	5.214.663	3.544.823	3.513.554
Títulos Disponíveis para Venda	1.670.033	2.175.719	10.731.796	2.782.398	700.860	18.752.976	18.060.806	18.322.062	18.008.952
Títulos Mantidos até o vencimento	-	6.284.787	800.118	-	-	7.148.481	7.084.905	8.086.836	8.035.227

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	31.12.2015			31.12.2014		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	15.386.590	15.037.360	30.423.950	13.399.933	16.209.409	29.609.342
Carteira própria	11.072.995	7.204.130	18.277.125	8.702.646	6.303.207	15.005.853
Vinculados a compromisso de recompra	3.486.611	5.844.175	9.330.786	4.440.043	7.587.828	12.027.871
Vinculados à prestação de garantias	1.157.610	1.989.055	3.146.665	358.684	2.357.748	2.716.432
Provisão para desvalorização de títulos livres	(330.626)	-	(330.626)	(101.440)	(39.374)	(140.814)

a.5) Resumo da carteira por categoria

Por Categoria	31.12.2015		31.12.2014	
1 – Título para Negociação	5.214.663	17%	3.513.554	12%
2 – Títulos Disponíveis para Venda	18.060.806	60%	18.008.952	61%
3 – Títulos Mantidos até o Vencimento	7.148.481	23%	8.086.836	27%
Valor contábil da carteira	30.423.950	100%	29.609.342	100%
Marcação a mercado da categoria três	(63.576)		(51.609)	
Valor de mercado da carteira	30.360.374		29.557.733	

O Conglomerado, atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” no montante de R\$ 7.148.481 (R\$ 8.086.836 em 31 de dezembro de 2014), representando 23% do total de títulos e valores mobiliários (27% em 31 de dezembro de 2014).

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	1.122.558	1.908.759	870.919
Títulos de renda fixa	1.522.994	2.896.586	2.787.832
Títulos no exterior	(78.877)	(115.034)	(223.266)
Títulos de renda variável	76.282	225.077	193.871
Aplicações em fundos de investimento	50.361	134.215	57.871
Outros	111	213	92
Total	2.693.429	5.049.816	3.687.319

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

No exercício de 2014 ocorreu a reclassificação de Cédulas de Produto Rural, passando da categoria “Títulos para negociação” para a categoria “Disponíveis para venda”, em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gerou impacto no resultado e no patrimônio líquido na respectiva data-base.

	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado
Cédulas de produto rural	123.719	120.854	(2.865)
Total	123.719	120.854	(2.865)

No exercício de 2014 ocorreu a reclassificação de Cotas de FIDC, passando da categoria “Negociação” para a categoria “Disponíveis para venda”, em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gerou impacto no resultado e no patrimônio líquido na respectiva data-base.

	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado
Cotas de FIDC	623.718	623.718	-
Total	623.718	623.718	-

No exercício de 2014 ocorreu a reclassificação de Títulos Públicos Federais, passando da categoria “Disponíveis para venda” para a categoria “Mantidos até o vencimento”, em decorrência da revisão da

intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gerou impacto no resultado e no patrimônio líquido na respectiva data-base.

	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado
Letras do Tesouro Nacional	1.949.466	1.831.919	(117.547)
Total	1.949.466	1.831.919	(117.547)

Em 31 de dezembro de 2015 não houve reclassificações de títulos e valores mobiliários.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

O Conglomerado se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Conglomerado como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Conglomerado como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Conglomerado conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Conglomerado utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	31.12.2015			31.12.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros						
Compromissos de Compra	31.336.697	-	-	22.035.623	-	-
DI	9.689.066	-	-	7.899.042	-	-
Moedas	3.655.150	-	-	1.299.699	-	-
Índice	492.173	-	-	289.913	-	-
Cupom cambial	17.500.308	-	-	12.545.740	-	-
Commodities	-	-	-	1.229	-	-
Compromissos de Venda	52.433.963	-	-	52.054.771	-	-
DI	25.848.628	-	-	28.916.524	-	-
Moedas	807.850	-	-	2.436.718	-	-
Índice	32.794	-	-	-	-	-
Cupom cambial	25.744.691	-	-	20.700.843	-	-
Commodities	-	-	-	686	-	-
Operações a Termo						
Posição Ativa	5.088	5.088	5.127	39.740	39.740	39.740
Termo de moeda	5.088	5.088	5.127	39.740	39.740	39.740
Posição Passiva	5.088	(5.088)	(5.088)	39.740	(39.740)	(36.285)
Termo de moeda	5.088	(5.088)	(5.088)	39.740	(39.740)	(36.285)
Contratos de Opções⁽¹⁾						
De compra – Posição Comprada	11.867.709	472.390	592.222	4.545.036	176.920	232.562
Moeda estrangeira	8.837.000	413.343	494.547	2.692.456	75.016	82.480
Opções Flexíveis	2.865.709	49.064	96.505	1.601.580	96.388	146.851
Ações	165.000	9.983	1.170	113.000	4.715	3.189
Outros	-	-	-	138.000	801	42
De venda – Posição Comprada	9.095.592	225.159	83.882	44.549.294	122.707	31.923
Moeda estrangeira	8.556.044	198.163	43.015	3.560.278	25.422	7.774
Índice DI	-	-	-	38.751.600	15.538	-
Opções Flexíveis	6.048	336	233	1.808.736	66.252	2.777
Ações	533.500	26.660	40.634	406.000	15.170	21.317
Outros	-	-	-	22.680	325	55
De compra – Posição Vendida	14.799.098	(629.808)	(1.295.934)	7.510.513	(389.309)	(582.691)
Moeda estrangeira	13.142.625	(485.323)	(1.261.532)	3.857.110	(104.742)	(194.711)
Opções Flexíveis	1.289.173	(136.269)	(33.848)	3.146.403	(277.080)	(386.475)
Ações	367.300	(8.216)	(554)	507.000	(7.487)	(1.505)
De venda – Posição Vendida	8.397.037	(168.309)	(98.931)	41.951.361	(55.280)	(21.300)
Moeda estrangeira	6.142.250	(111.633)	(60.366)	2.177.098	(20.097)	(3.023)
Índice DI	-	-	-	38.742.500	(11.494)	-
Opções Flexíveis	2.129.287	(51.319)	(29.255)	781.223	(16.331)	(9.687)
Ações	125.500	(5.357)	(9.310)	225.700	(6.627)	(8.335)
Outros	-	-	-	24.840	(731)	(255)
Contratos de Swaps^{(1) (2)}						
Posição Ativa	18.511.827	1.716.859	1.570.371	20.055.399	851.685	1.041.868
DI	12.756.083	249.039	377.992	12.674.801	45.150	211.819
Moeda estrangeira	1.977.587	949.677	790.663	2.261.478	406.112	400.731
Pré-fixado	938.579	36.443	8.886	292.929	16.705	70.575
IPCA	2.301.378	216.788	120.353	4.145.012	224.307	179.810
IGPM	362.000	91.019	79.267	453.000	78.413	77.731
Libor	154.133	173.887	191.216	182.400	80.708	99.147
Outros	22.067	6	1.994	45.779	290	2.055
Posição Passiva	10.003.941	(1.427.146)	(1.394.212)	9.413.667	(860.974)	(960.579)
DI	1.947.021	(27.713)	(249.082)	1.872.311	(28.875)	(81.201)
Moeda estrangeira	4.968.147	(820.265)	(723.891)	3.086.233	(190.520)	(192.652)
Pré-fixado	58.571	(72)	(29)	596.883	(51.208)	(85.065)
IPCA	2.641.604	(412.780)	(253.605)	3.306.737	(485.574)	(492.086)
IGPM	170.000	(81.020)	(78.827)	262.000	(79.907)	(84.905)
Libor	218.598	(85.296)	(88.778)	251.403	(24.554)	(23.960)
Commodities	-	-	-	10.073	-	(195)
Outros	-	-	-	28.027	(336)	(515)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos						

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Posição Ativa	2.389.962	326.824	354.192	2.780.635	192.154	187.256
<i>Non Deliverable Forward</i> ⁽¹⁾	2.376.944	326.782	354.147	2.594.696	186.770	181.827
Derivativos de crédito	13.018	42	45	185.939	5.384	5.429
Posição Passiva	2.689.617	(75.714)	(120.217)	2.141.379	(73.573)	(69.782)
<i>Non Deliverable Forward</i> ⁽¹⁾	1.963.324	(53.907)	(72.677)	1.649.535	(60.180)	(55.639)
Derivativos de crédito	726.293	(21.807)	(47.540)	478.116	(5.953)	(6.727)
Box de opções – Pré-fixado	-	-	-	13.728	(7.440)	(7.416)

⁽¹⁾ O valor de mercado das operações de *swap*, opções e *non deliverable forward* contemplam o risco de crédito da contraparte (Ajuste de *Spread* de Crédito)..

⁽²⁾ Contempla os *swaps* contabilizados nos termos da Circular BACEN nº 3.129/2002 pelo valor de custo. Para fins de apresentação por indexador estas operações estão ajustadas ao valor de mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o ajuste a valor de mercado da posição ativa foi positivo de R\$ 56.253 (posição ativa foi positivo de R\$ 28.611 e na passiva foi positivo de R\$ 3.748, em 31 de dezembro de 2014).

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.12.2015	31.12.2014
Contratos futuros	6.427.744	29.764.027	12.325.829	35.253.060	83.770.660	74.090.394
Contratos a termo	-	5.088	-	-	5.088	39.740
Contratos de opções	11.655.133	27.980.351	3.968.734	555.218	44.159.436	98.556.204
Contratos de <i>swaps</i>	3.160.588	3.307.883	7.427.479	14.619.818	28.515.768	29.469.066
Derivativos de crédito	6.509	6.509	-	726.293	739.311	664.055
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira	1.432.104	2.030.721	683.512	193.931	4.340.268	4.244.231
Box de opções - Pré-fixado	-	-	-	-	-	13.728

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.12.2015)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativo de crédito	Box de opções e <i>Non Deliverable Forward</i>
Bolsa de valores	83.770.660	-	39.097.109	-	-	-
Balcão	-	5.088	5.062.327	28.515.768	739.311	4.340.268
Instituições financeiras	-	5.088	8.150	19.938.252	739.311	151.796
Cliente	-	-	5.054.177	8.577.516	-	4.188.472

d.4) Composição da carteira de derivativos de crédito

	31.12.2015			31.12.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Swap de Crédito						
Posição Ativa – Risco recebido	348.831	(21.738)	(46.203)	225.782	(5.370)	(5.281)
Posição Passiva – Risco transferido	390.480	(27)	(1.292)	438.273	4.801	3.983
Por indexador						
Posição Ativa – Pré-fixado	13.018	42	45	185.939	5.384	5.429
Posição Passiva – Pré-fixado	726.293	(21.807)	(47.540)	478.116	(5.953)	(6.727)

A carteira de derivativos de crédito é composta por clientes cujo risco é classificado como grau de investimento e, como contraparte, figuram os principais líderes internacionais de mercado destas operações. Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o cliente risco quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o cliente risco pelo valor de referência (*notional*) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de *trading* com cliente risco soberano. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito gerou impactos na Parcela Referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PRMR), para apuração do Índice de Basileia do Banco no montante de R\$ 9.552 (R\$ 7.156 em 31 de dezembro de 2014).

d.5) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	31.12.2015	31.12.2014
Letras Financeiras do Tesouro	13.210	30.575
Notas do Tesouro Nacional	1.420.010	629.588
Letras do Tesouro Nacional	1.679.865	1.636.058
Eurobonds	-	92.889
Outros	203.758	339.732
Total	3.316.843	2.728.842

d.6) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

	31.12.2015	31.12.2014
Hedge de Risco de Mercado		
Instrumentos de Hedge		
Ativo	9.154.356	7.643.971
Futuro	9.088.434	7.625.642
Swap	65.922	18.329
Passivo	17.230.896	24.133.025
Futuro	17.230.896	24.125.503
Swap	-	7.522
Itens Objeto de Hedge		
Ativo	26.049.354	28.821.768
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.443.442	-
Títulos e Valores Mobiliários	6.009.320	4.727.629
Operações de Crédito e Arrendamento mercantil	16.596.592	24.094.139
Passivo	9.091.821	7.691.840
Obrigações por TVM no Exterior	5.085.442	3.514.065
Dívida Subordinada	4.006.379	4.177.775

O Conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

d.7) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Perdas dos Itens objeto de <i>hedge</i>	(2.602.038)	(5.031.437)	(1.887.744)
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	2.624.461	5.070.777	1.856.375
Efeito Líquido	22.423	39.340	(31.369)
Ganhos dos Itens objeto de <i>hedge</i>	1.701.199	4.181.176	3.795.443
Perdas dos instrumentos de <i>hedge</i>	(1.704.991)	(4.181.264)	(3.748.889)
Efeito Líquido	(3.792)	(88)	46.554

Em janeiro de 2014, a carteira de cessão de crédito deixou de ser qualificada como *hedge* nos termos do art. 5º da Circular nº 3.082, e tiveram seus contratos futuros na BM&F liquidados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o efeito no resultado do período do ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge* foi despesa de R\$ 1.493, líquidos dos efeitos tributários.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.8) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Operações de termo	5.127	-	39.740	-
Mercado de opções	661.195	14.909	122.866	141.619
Contratos de <i>swaps</i>	341.804	1.172.314	236.802	776.455
Derivativos de créditos	45	-	281	5.148
Outros instrumentos financeiros derivativos	290.982	63.165	147.319	34.508
Total	1.299.153	1.250.388	547.008	957.730
Passivo				
Operações de termo	(5.088)	-	(36.285)	-
Mercado de opções	(1.384.884)	(9.981)	(370.649)	(233.342)
Contratos de <i>swaps</i>	(363.879)	(1.030.333)	(400.330)	(563.997)
Box de opções –Estratégia de renda fixa	-	-	(7.416)	-
Derivativos de créditos	-	(47.540)	(145)	(6.582)
Outros instrumentos financeiros derivativos	(51.674)	(21.003)	(54.105)	(1.534)
Total	(1.805.525)	(1.108.857)	(868.930)	(805.455)

d.9) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
<i>Swap</i>	(104.890)	(134.221)	(86.241)
Termo	135	3.276	4.510
Opções	(223.032)	(524.655)	(89.617)
Futuro	1.684.481	2.322.295	716.925
Derivativos de crédito	(19.230)	(17.852)	(7.072)
Ajuste ao valor de mercado dos itens de operações de crédito objeto de <i>hedge</i>	(238.461)	(213.368)	(17.660)
Box de Opções	-	(322)	(6.038)
<i>Non Deliverable Forward</i>	250.363	418.189	(204.564)
Total	1.349.366	1.853.342	310.243

d.10) Hedge contábil

Estratégias/Risco	Objeto de <i>hedge</i>			Instrumentos de <i>hedge</i>			
	31.12.2015		31.12.2014	Derivativo	31.12.2015		31.12.2014
	Valor de mercado	Ganho/(Perda) não realizado	Valor de mercado		Valor de mercado	Valor de mercado	
<i>Hedge</i> de Op. compromissadas/ taxas pré-fixadas	3.443.442	2.262	-	Futuro DI	4.584.069	-	
<i>Hedge</i> de Tít. e valores mobiliários / taxa pré-fixada	6.009.320	-	4.727.629	Futuro DDI Swap	- 6.020.277	122.461 4.608.563	
<i>Hedge</i> de Operações de crédito e arrendamento mercantil / taxa pré-fixada / variação cambial	16.596.592	(243.616)	24.094.139	Futuro DI Futuro DDI Futuro Libor	13.305.967 2.496.538 748.012	21.201.227 2.288.007 513.808	
<i>Hedge</i> de Obrigações por TVM no exterior / variação cambial	5.085.442	(91.533)	3.514.065	Futuro DDI	5.089.518	3.607.861	
<i>Hedge</i> de Dívida Subordinada / variação cambial / IGP-M	4.006.379	(257.089)	4.177.775	Futuro DDI Swap	3.998.916 338.261	4.017.781 293.119	

8. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Créditos vinculados

	31.12.2015	31.12.2014
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	20.232	55.205
Depósitos a vista	17.596	51.351
Operações de microfinanças	2.636	3.854
Total	20.232	55.205
Ativo circulante	20.232	55.205

b) Resultado das aplicações compulsórias

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil			
Exigibilidade sobre recursos a prazo	-	-	278
Total	-	-	278

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira por Modalidade

	31.12.2015	31.12.2014
Operações de crédito	47.515.822	50.849.039
Empréstimos e títulos descontados	9.262.464	10.334.051
Financiamentos	23.303.591	26.715.417
Financiamentos rurais e agroindustriais	458.207	548.345
Financiamentos imobiliários	469.075	360.481
Operações de crédito vinculadas às cessões ⁽¹⁾	14.022.485	12.890.745
Outros Créditos	3.274.626	2.705.049
Operações com cartão de crédito	769.792	664.446
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽²⁾	593.551	679.493
Avais e fianças honrados	197.497	608.401
Títulos e Créditos a Receber com características de concessão de crédito	1.713.786	752.709
Operações de Arrendamento Mercantil ⁽³⁾	193.312	420.535
Total da Carteira de Crédito	50.983.760	53.974.623
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.152.135)	(4.261.607)
(Provisão para operações de crédito)	(3.270.671)	(3.525.456)
(Provisão para outros créditos)	(854.729)	(702.044)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(26.735)	(34.107)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	46.831.625	49.713.016

⁽¹⁾ Operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

⁽²⁾ Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de Outras obrigações.

⁽³⁾ Carteira de arrendamento mercantil apresentada pelo seu valor presente.

b) Operações de Arrendamento a Receber

	31.12.2015	31.12.2014
Operações de Arrendamento Mercantil a Receber	217.016	420.487
Arrendamentos financeiros a receber	217.016	420.487
Ativo circulante	185.413	301.513
Ativo não circulante	31.603	118.974

	31.12.2015	31.12.2014
Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil	(210.835)	(409.245)
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(210.835)	(409.245)
Ativo circulante	(180.132)	(292.090)
Ativo não circulante	(30.703)	(117.155)

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Arrendamentos financeiros a receber	217.016	420.487
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(210.835)	(409.245)
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	964	12.086
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 15a)	240.648	821.985
Credores por antecipação do valor residual	(53.518)	(422.908)
Valor Presente dos Contratos de Arrendamento Financeiros/Outros Créditos	194.275	422.405

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Resultado de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Receitas de Operações de Crédito	4.256.631	8.251.554	8.086.659
Empréstimos e títulos descontados	1.092.344	2.123.935	2.124.941
Financiamentos	2.730.286	5.331.335	5.112.770
Financiamentos rurais e agroindustriais	17.773	33.926	32.491
Financiamentos imobiliários	34.058	63.540	57.646
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	353.203	653.010	614.060
Financiamentos em moedas estrangeiras	19.843	36.779	19.495
Avais e fianças honrados	3.382	4.371	5.322
Outras	5.742	4.658	119.934
Resultado de Arrendamento Mercantil (Nota 9i)	203.703	689.431	1.789.437
Total	4.460.334	8.940.985	9.876.096

d) Carteira de crédito por Setores de Atividade Econômica

	31.12.2015	%	31.12.2014	%
Setor Público	705.295	1,38%	524.478	0,97%
Governo	705.295	1,38%	524.478	0,97%
Administração pública	705.295	1,38%	524.478	0,97%
Setor Privado	50.522.628	98,62%	53.610.471	99,03%
Pessoa Física	33.764.187	65,91%	35.424.242	65,44%
Pessoa Jurídica	16.758.441	32,71%	18.186.229	33,59%
Agronegócio de origem animal	339.346	0,66%	133.494	0,25%
Agronegócio de origem vegetal	373.637	0,73%	268.620	0,50%
Atividades específicas da construção	438.540	0,86%	405.925	0,75%
Automotivo	217.740	0,43%	718.047	1,33%
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.634.465	11,00%	6.151.594	11,36%
Comércio varejista	1.153.163	2,25%	803.653	1,48%
Construção pesada	651.076	1,27%	692.938	1,28%
Eletroeletrônico	1.676	0,01%	2.199	0,00%
Energia elétrica	623.897	1,22%	667.522	1,23%
Imobiliário	394.731	0,77%	439.817	0,81%
Instituições e serviços financeiros	241.033	0,47%	322.174	0,60%
Madeireiro e moveleiro	19.617	0,04%	64.578	0,12%
Mineração e metalurgia	320.343	0,63%	89.259	0,16%
Papel e celulose	672.619	1,31%	692.750	1,28%
Químico	1.251.800	2,44%	877.182	1,62%
Serviços	2.209.689	4,31%	2.477.119	4,58%
Telecomunicações	91.287	0,18%	90.192	0,17%
Têxtil e confecções	148.290	0,29%	120.637	0,22%
Transportes	1.533.474	2,99%	1.263.134	2,33%
Demais atividades	442.018	0,85%	1.905.395	3,52%
Total	51.227.923	100,00%	54.134.949	100,00%
(+/-) Ajuste ao valor de mercado	(244.163)		(160.326)	
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado	50.983.760		53.974.623	

e) Carteira de crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2015	31.12.2014
	Operações em Curso Normal										
Parcelas Vincendas	4.177.644	24.121.553	7.466.477	7.528.998	1.058.169	224.172	173.690	662.166	255.724	45.668.593	47.778.140
01 a 30	365.250	1.412.057	342.600	305.981	334.667	11.079	4.995	3.734	8.811	2.789.174	3.001.555
31 a 60	332.755	1.277.967	359.732	271.581	37.778	32.445	4.581	3.627	6.162	2.326.628	2.402.741
61 a 90	166.057	1.077.024	308.480	314.587	20.070	7.387	4.340	3.434	10.084	1.911.463	2.287.193
91 a 180	437.590	3.429.342	909.799	728.125	45.729	21.629	10.926	11.369	29.024	5.623.533	6.416.869
181 a 360	365.909	5.135.687	1.623.446	1.355.061	86.059	56.934	18.580	15.783	32.901	8.690.360	9.325.194
Acima de 360	2.510.083	11.789.476	3.922.420	4.553.663	533.866	94.698	130.268	624.219	168.742	24.327.435	24.344.588
Parcelas Vincidas	3.522	757.265	9.796	5.260	18.113	333	70	37	2.393	796.789	675.021
Até 14 dias	3.522	757.265	9.796	5.260	18.113	333	70	37	2.393	796.789	675.021
Subtotal	4.181.166	24.878.818	7.476.273	7.534.258	1.076.282	224.505	173.760	662.203	258.117	46.465.382	48.453.161
	Operações em Curso Anormal										
Parcelas Vincendas	-	-	445.905	673.309	286.660	253.838	160.729	151.226	1.007.294	2.978.961	3.174.637
01 a 30	-	-	30.599	41.375	18.579	24.245	9.457	10.335	48.981	183.571	244.691
31 a 60	-	-	29.111	40.826	18.079	13.005	9.241	9.979	44.543	164.784	190.682
61 a 90	-	-	27.652	37.421	16.705	12.045	12.458	9.165	49.546	164.992	181.353
91 a 180	-	-	74.523	102.815	52.289	33.280	25.095	24.523	111.473	423.998	517.251
181 a 360	-	-	112.873	163.953	66.139	53.468	38.052	38.726	190.475	663.686	750.871
Acima de 360	-	-	171.147	286.919	114.869	117.795	66.426	58.498	562.276	1.377.930	1.289.789
Parcelas Vincidas ⁽¹⁾	-	-	107.747	186.343	142.599	128.153	99.739	105.158	1.013.841	1.783.580	2.507.151
De 0 a 14	-	-	1.207	29.077	30.399	7.888	6.130	4.827	23.512	103.040	92.925
15 a 30	-	-	103.726	64.358	16.272	22.786	11.370	10.796	60.487	289.795	647.419
31 a 60	-	-	2.814	85.723	56.200	18.928	13.432	13.316	58.679	249.092	236.650
61 a 90	-	-	-	5.216	33.882	18.633	12.914	13.638	53.644	137.927	165.392
91 a 180	-	-	-	1.969	5.846	57.572	52.586	60.069	259.209	437.251	322.140
181 a 360	-	-	-	-	-	2.346	3.307	2.512	550.949	559.114	1.009.136
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	7.361	7.361	33.489
Subtotal	-	-	553.652	859.652	429.259	381.991	260.468	256.384	2.021.135	4.762.541	5.681.788
Total	4.181.166	24.878.818	8.029.925	8.393.910	1.505.541	606.496	434.228	918.587	2.279.252	51.227.923	54.134.949
(+/-) Ajuste ao valor de mercado										(244.163)	(160.326)
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado										50.983.760	53.974.623

⁽¹⁾ Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

f) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	31.12.2015				31.12.2014			
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional	Provisão Existente
AA	0,00%	4.181.166	-	-	-	4.836.316	-	-	-
A	0,50%	24.878.818	(124.395)	(838)	(125.233)	26.673.408	(133.367)	-	(133.367)
B	1,00%	8.029.925	(80.298)	(7.969)	(88.267)	9.639.693	(96.397)	-	(96.397)
C	3,00%	8.393.910	(251.817)	(37.128)	(288.945)	7.136.490	(214.095)	-	(214.095)
D	10,00%	1.505.541	(150.553)	(32.970)	(183.523)	1.156.895	(115.690)	-	(115.690)
E	30,00%	606.496	(181.949)	(9.814)	(191.763)	729.473	(218.842)	-	(218.842)
F	50,00%	434.228	(217.115)	(6.302)	(223.417)	394.526	(197.263)	-	(197.263)
G	70,00%	918.587	(643.011)	(128.724)	(771.735)	1.341.130	(938.791)	(120.144)	(1.058.935)
H	100,00%	2.279.252	(2.279.252)	-	(2.279.252)	2.227.018	(2.227.018)	-	(2.227.018)
Total		51.227.923	(3.928.390)	(223.745)	(4.152.135)	54.134.949	(4.141.463)	(120.144)	(4.261.607)
(+/-) Ajuste ao valor de mercado		(244.163)				(160.326)			
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado		50.983.760				53.974.623			

g) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreendem as operações de crédito, arrendamento mercantil, outros créditos com característica de concessão de crédito.

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Saldo inicial	3.824.381	4.261.607	4.616.869
Reforço / (reversão)	1.858.185	3.061.043	2.822.316
Provisão mínima requerida	1.762.590	2.817.769	2.718.441
Provisão adicional	95.595	243.274	103.875
Baixas para prejuízo	(1.530.431)	(3.170.515)	(3.177.578)
Saldo final	4.152.135	4.152.135	4.261.607

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	31.12.2015	31.12.2014
Até 1 ano ⁽¹⁾	165.984	240.871
De 1 a 5 anos	28.291	181.534
Total Valor Presente ⁽²⁾	194.275	422.405

⁽¹⁾ Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

⁽²⁾ Inclui os títulos e créditos a receber apresentados em "Outros créditos".

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Receitas de Arrendamento Mercantil	203.703	689.431	1.789.437
Arrendamento financeiro	116.201	311.819	596.886
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	12.507	26.456	31.161
Lucro na alienação de bens arrendados	74.995	351.156	1.161.390
Despesas de Arrendamento Mercantil	(180.439)	(623.956)	(1.662.014)
Arrendamento financeiro	(180.439)	(623.956)	(1.662.014)
Total	23.264	65.475	127.423

j) Concentração das Operações de Crédito

	31.12.2015	% da carteira	31.12.2014	% da carteira
Maior devedor	1.214.226	2,38%	828.085	1,54%
10 Maiores devedores	4.862.267	9,54%	4.281.208	7,94%
20 Maiores devedores	6.569.802	12,89%	5.666.844	10,50%
50 Maiores devedores	9.760.914	19,15%	8.499.982	15,76%
100 Maiores devedores	12.482.182	24,48%	11.123.636	20,62%

k) Informações sobre cessões de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Conglomerado apurou despesas de liquidação antecipada reconhecidas integralmente em contas de resultado de R\$ 100.722 (R\$ 84.117 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 1.292 no segundo semestre de 2015), e receita com a reversão de provisão para perdas de R\$ 35.265 (R\$ 66.761 no exercício findo em 31 de dezembro de e R\$ 18.913 no segundo semestre de 2015), referente às cessões realizadas até 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2015 foi constituída provisão para perdas com créditos cedidos no montante de R\$ 7.260 (R\$ 42.525 em 31 de dezembro de 2014), registrados na rubrica Outras obrigações – Diversas – Credores diversos - no País.

Saldo das coobrigações com cessões de crédito	31.12.2015	31.12.2014
Instituições financeiras - Partes relacionadas	276.235	1.651.231
Outras instituições financeiras	-	10.802
Total	276.235	1.662.033

l) Informações sobre cessões de crédito realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012

Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios, para partes relacionadas e fundos de investimento em direitos creditórios, dos quais o Banco Votorantim e a BV Financeira detêm 100% das cotas subordinadas, demonstrados abaixo:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾
Instituições financeiras - Partes relacionadas	14.022.485	15.676.940	12.899.214	14.776.872
Ajuste a mercado – Cessões de crédito	-	-	(8.469)	-
Total	14.022.485	15.676.940	12.890.745	14.776.872

⁽¹⁾ Registrado na rubrica Outras obrigações – Diversas – Obrigações de operações vinculadas às cessões.

No Conglomerado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as receitas do ativo objeto de venda ou transferência totalizaram R\$ 4.125.180 (R\$ 3.396.823 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 2.159.099 no segundo semestre de 2015) e as despesas com obrigação por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 3.018.154 (R\$ 2.339.962 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 1.578.021 no segundo semestre de 2015).

Na controlada BV Financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi realizada venda de operações de crédito vencidos (com atraso maior que 360 dias) no montante de R\$ 872.467 (R\$ 2.004.895 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), sem retenção substancial dos riscos e benefícios. Pela venda foi recebido R\$ 36.885 (R\$ 62.881 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), reconhecido no resultado do período na rubrica de “Receita de operações de crédito - Recuperação de créditos baixados”.

O Conglomerado não adotou a opção prevista na Resolução CMN nº 4.036/2011 sobre o tratamento das perdas de liquidações antecipadas, reconhecendo as perdas integralmente no momento em que elas ocorrem.

m) Informações Complementares

	31.12.2015	31.12.2014
Créditos contratados a liberar	1.569.173	2.093.965
Montante de créditos aditados/renegociados no período	5.248.490	4.245.886
Montante de créditos recuperados, baixados como prejuízo ⁽¹⁾	683.266	648.060
Garantias prestadas	9.362.459	9.926.804

⁽¹⁾ Registrado no resultado nas Receitas de Intermediação Financeira - Receitas de Operação de Crédito, Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil e Resultado de Operações de Câmbio, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	31.12.2015	31.12.2014
Ativo fiscal diferido – Crédito Tributário (Nota 24e)	7.833.099	6.656.862
Devedores por depósitos em garantia (Nota 27c)	1.169.861	937.844
Operações com cartão de crédito (Nota 9a)	769.792	664.446
Títulos e Créditos a Receber - Op. em recuperação judicial homologada	600.882	-
Títulos e créditos a receber	1.112.904	752.709
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	88.562	67.232
Impostos e contribuições a compensar	253.918	479.748
Impostos e contribuições a recuperar	31	15
Prêmios sobre créditos vinculados às operações adquiridas em cessão	19.104	14.724
Devedores diversos - no País	65.601	80.104
Valores a receber de sociedades ligadas	2.668	887
Adiantamentos e antecipações salariais	4.030	3.896
Outros	95.883	39.838
Total	12.016.335	9.698.305
Ativo circulante	4.645.384	3.374.520
Ativo não circulante	7.370.951	6.323.785

11. CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	31.12.2015	31.12.2014
Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	1.562.382	1.166.906
Direitos sobre vendas de câmbio	631.864	633.359
(Adiantamentos em moeda nacional/ estrangeira recebidos)	(18.200)	(91.337)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	16.504	23.698
Total	2.192.550	1.732.626
Ativo circulante	2.192.550	1.722.135
Ativo não circulante	-	10.491
Outras Obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	(623.601)	(665.313)
Obrigações por compras de câmbio	(1.460.187)	(1.043.090)
(Adiantamentos sobre contrato de câmbio)	550.478	655.795
Total	(1.533.310)	(1.052.608)
Passivo circulante	(1.533.310)	(1.052.608)
Carteira líquida de câmbio	659.240	680.018
Contas de Compensação		
Créditos abertos para importação	13.826	85.603

b) Resultado de Operações de Câmbio

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Rendas de câmbio	1.812.684	3.036.774	2.139.608
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	491	3.800	2.839
Despesas de câmbio	(1.541.448)	(2.532.705)	(1.977.617)
Resultado de operações de câmbio	271.727	507.869	164.830

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12. OUTROS VALORES E BENS

	31.12.2015	31.12.2014
Bens não de Uso Próprio	262.421	158.227
Veículos e afins	79.233	103.806
Imóveis	180.630	52.437
Bens em regime especial	1.561	1.561
Máquinas e equipamentos	997	423
Material em Estoque	923	2.532
Subtotal	263.344	160.759
(Provisão para desvalorização)	(45.457)	(35.793)
Despesas Antecipadas	407.703	698.667
Despesas de seguros	1.844	1.241
Despesas de processamento de dados	3.527	7.839
Comissões por intermediação de operações ⁽¹⁾	388.476	596.818
Despesas de serviços do sistema financeiro	2.651	2.592
Despesas de serviços técnicos especializados	1.417	1.246
Direito de usufruto de ações	6.167	84.704
Outras	3.621	4.227
Total	625.590	823.633

Ativo circulante	250.920	193.704
Ativo não circulante	374.670	629.929

⁽¹⁾ Referem-se aos valores a diferir dos custos associados à produção de operações de crédito e de arrendamento mercantil concedidos incorridos na sua originação.

As operações de crédito originadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nos termos da Resolução CMN n° 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN n° 3.738/2014, tiveram dois terços da remuneração paga aos correspondentes reconhecidos no ativo, equivalente ao montante de R\$ 68.969 em 31 de dezembro de 2015. No segundo semestre de 2015 foi reconhecida despesa no montante de R\$ 22.817 referente ao reconhecimento antecipado da remuneração de correspondentes, registrado na rubrica "Outras Despesas Operacionais".

13. INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas Participações em Controladas

	Saldo contábil	Movimentações - Exercício/2015		Saldo contábil	Resultado
	31.12.2014	Dividendos/ Outros eventos	Resultado equivalência	31.12.2015	Exercício/2014
No País	238.026	(137.930)	155.873	255.969	147.842
Não consolidadas ⁽¹⁾	238.026	(137.930)	155.873	255.969	147.842

⁽¹⁾ Inclui participações nas empresas não financeiras Votorantim Corretora de Seguros S.A., BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A. e BV Promotora S.A (atual denominação da BVIP – BV Investimentos e Participações S.A).

b) Outros Investimentos

	31.12.2015	31.12.2014
Investimentos por incentivos fiscais	115.398	104.547
Títulos patrimoniais	176	176
Ações e cotas	6	6
Outros	132	130
Total	115.712	104.859
(Imparidade acumulada)	(47.232)	(43.370)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2014		Exercício/2015		31.12.2015	
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Instalações	40.133	14.603	(6.825)	69.926	(22.015)	47.911
Móveis e equipamentos de uso	28.926	(1.792)	(3.870)	55.004	(31.740)	23.264
Sistema de comunicação	3.384	889	(729)	13.965	(10.421)	3.544
Sistema de processamento de dados	19.652	10.337	(8.782)	106.401	(85.194)	21.207
Sistema de segurança	1.089	2	(188)	2.402	(1.499)	903
Sistema de transporte	337	94	(135)	1.291	(995)	296
Imobilizações em curso	3	(3)	-	-	-	-
Total	93.524	24.130	(20.529)	248.989	(151.864)	97.125

15. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	31.12.2015	31.12.2014
Bens Arrendados	439.711	1.301.704
Veículos e afins	332.784	1.154.129
Máquinas e equipamentos	94.652	127.132
Móveis	3.379	2.383
Instalações	416	1.637
Sistemas de processamento de dados	8.480	16.423
Superveniências de Depreciações	60.716	503.234
Depreciação Acumulada	(287.319)	(1.002.532)
Diferido	27.540	19.579
Perdas em arrendamentos a amortizar	37.812	34.228
Amortização acumulada do diferido	(10.272)	(14.649)
Total	240.648	821.985

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (superveniência / insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota 4g, apresentando a seguinte posição:

	31.12.2015	31.12.2014
Valor presente	247.793	845.313
Credores por antecipação do valor residual	53.518	422.908
Valor presente das operações de arrendamento	194.275	422.405
(-) Valor contábil das operações	187.077	342.079
Arrendamentos a receber – recursos internos	217.016	433.539
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(210.835)	(410.211)
Valores residuais a realizar	58.802	458.592
Valores residuais a balancear	(58.802)	(458.592)
Títulos e créditos a receber	964	-
Bens arrendados	439.711	1.301.704
Depreciação acumulada de bens arrendados	(287.319)	(1.002.532)
Perdas em arrendamentos a amortizar	37.812	34.228
Amortização acumulada do diferido	(10.272)	(14.649)
(=) Aumento do Ativo Permanente (Superveniência de Depreciação)	60.716	503.234

c) Depreciação Acumulada

	31.12.2015	31.12.2014
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(287.319)	(1.002.532)
(-) Superveniência de depreciação	60.716	503.234
(=) Depreciação Acumulada	(226.603)	(499.298)

16. INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

	31.12.2014	Exercício/2015				31.12.2015			Saldo contábil
	Saldo contábil	Aquisição	Baixas	Amortização	Imparidade	Valor de custo	Amortização Acum.	Imparidade acumulada	
SISBEX BM&FBOVESPA	-	-	-	-	-	200	-	(200)	-
Software adquiridos	8.364	12.852	(2.042)	(4.362)	(823)	30.616	(9.589)	(7.038)	13.989
Licenças de uso	25.489	39.086	(1.509)	(14.739)	-	85.887	(37.560)	-	48.327
Acordos por direitos de comercialização	1.585	2	-	(752)	-	5.000	(4.165)	-	835
Softwares desenvolvidos internamente	4.284	20.611	(1.831)	(629)	(235)	48.627	(8.815)	(17.612)	22.200
Total	39.722	72.551	(5.382)	(20.482)	(1.058)	170.330	(60.129)	(24.850)	85.351

b) Estimativa de Amortização

	2016	2016	2017	2018	A partir de 2020	Total
Valores a amortizar	28.342	24.294	22.751	4.936	5.028	85.351

17. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Depósitos

	31.12.2015	31.12.2014
Depósitos à Vista	81.331	149.221
Pessoas físicas	12.532	14.189
Pessoas jurídicas	68.758	133.206
Empresas ligadas	-	1.779
Vinculados	41	40
Instituições do sistema financeiro	-	7
Depósitos Interfinanceiros	1.932.502	1.229.727
Depósitos a Prazo	2.192.045	2.431.582
Moeda nacional	2.109.148	2.417.907
Moeda estrangeira	82.897	13.675
Total	4.205.878	3.810.530
Passivo circulante	2.627.146	2.279.960
Passivo não circulante	1.578.732	1.530.570

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.12.2015	31.12.2014
Depósitos à vista	81.331	-	-	-	-	-	81.331	149.221
Depósitos interfinanceiros	-	273.066	505.876	79.902	35.353	1.038.305	1.932.502	1.229.727
Depósitos a prazo	-	946.917	819.956	398.053	12.875	14.244	2.192.045	2.431.582
Total	81.331	1.219.983	1.325.832	477.955	48.228	1.052.549	4.205.878	3.810.530

c) Captações no Mercado Aberto

	31.12.2015	31.12.2014
Carteira Própria	27.041.174	23.875.709
Títulos privados – Debêntures (emissão de ligadas)	17.926.765	17.383.898
Letras Financeiras do Tesouro	4.031	-
Letras do Tesouro Nacional	5.133.719	3.432.951
Notas do Tesouro Nacional	3.121.013	2.810.066
Títulos privados - Outros	855.646	248.794
Carteira de Terceiros	4.713.636	4.099.048
Letras do Tesouro Nacional	696.198	4.098.834
Notas do Tesouro Nacional	4.017.438	-
Debêntures	-	214
Carteira de Livre Movimentação	1.045.112	11.064
Total	32.799.922	27.985.821
Passivo circulante	32.050.247	25.825.776
Passivo não circulante	749.675	2.160.045

d) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Despesas de Captações com Depósitos	(269.138)	(496.173)	(800.085)
Depósitos a prazo	(147.436)	(279.689)	(566.339)
Depósitos interfinanceiros	(121.702)	(216.484)	(233.746)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(1.942.916)	(3.587.534)	(2.841.040)
Carteira própria	(1.379.061)	(2.643.036)	(2.567.793)
Carteira de terceiros	(540.042)	(892.481)	(197.909)
Carteira de livre movimentação	(23.813)	(52.017)	(75.338)
Despesas de Captaç. de Recursos de Aceit. e Emiss. de Títulos	(2.723.565)	(4.779.680)	(2.871.944)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(30.781)	(53.589)	(35.145)
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	(183.747)	(340.160)	(259.336)
Letras financeiras	(1.217.096)	(2.270.854)	(1.750.773)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(1.287.460)	(2.105.269)	(667.618)
Debêntures	(291)	(453)	(152.289)
Certificado de Operações Estruturadas	-	(1.697)	(1.902)
Outras	(4.190)	(7.658)	(4.881)
Despesas de obrigações por cotas de fundos de investimentos	-	(41.406)	(137.549)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior	(1.076.597)	(1.871.071)	(694.280)
Total	(6.012.216)	(10.775.864)	(7.344.898)

18. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Empréstimos

	Até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	31.12.2015	31.12.2014
No País	-	-	-	-	-	3.818
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	3.818
No exterior	1.521.840	2.569.124	58.906	78.105	4.227.975	2.871.649
Tomados junto a banqueiros no exterior	1.458.415	2.547.832	58.906	78.105	4.143.258	2.586.944
Exportação	53.298	19.470	-	-	72.768	240.923
Importação	10.127	1.822	-	-	11.949	43.782
Total	1.521.840	2.569.124	58.906	78.105	4.227.975	2.875.467
Passivo circulante					4.090.964	2.875.467
Passivo não circulante					137.011	-

b) Obrigações por Repasses

Do País – Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	31.12.2015	31.12.2014
Tesouro Nacional		77.688	110.572
Pré-fixado	5,5% a 6,5% a.a.	77.069	110.450
Pós-fixado	Selic	619	122
BNDDES		1.581.840	2.062.310
Pré-fixado	de 0,70% a.a. a 9,50% a.a.	568.262	778.288
Pós-fixado	de 7,02% a.a. a 10,01% a.a. + IPCA de 0,50% a.a. a 4,00% a.a. + TJLP de 1,70% a.a. a 2,50% a.a. + Selic	934.406	1.199.948
Com variação cambial	de 1,30% a.a. a 3,00% a.a. + variação cambial	79.172	84.074
FINAME		2.005.705	1.613.428
Pré-fixado	de 0,30% a.a. a 15,21% a.a.	1.910.245	1.481.052
Pós-fixado	de 0,50% a.a. a 5,50% a.a. + TJLP de 1,70% a.a. a 1,96% a.a. + SELIC	94.560	132.376
Com variação cambial	1,70% a.a. + variação cambial	900	-
Total		3.665.233	3.786.310
Passivo circulante		878.211	1.308.929
Passivo não circulante		2.787.022	2.477.381

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Resultado de Obrigações por Empréstimos	(29.638)	(48.189)	(18.449)
Resultado de Obrigações por Repasses	(114.944)	(222.961)	(210.036)
Tesouro Nacional	(3.138)	(6.133)	(8.081)
BNDES	(79.123)	(156.344)	(145.389)
FINAME	(32.683)	(60.484)	(56.566)
Resultado de Obrigações com Banqueiros no Exterior ⁽¹⁾	(922.840)	(1.169.913)	(143.046)
Total	(1.067.422)	(1.441.063)	(371.531)

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre Empréstimos e Repasses no exterior.

19. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

CAPTAÇÕES	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2015	31.12.2014
Debêntures						571	118
Pós-fixado	R\$	38	100,00% do DI	abr/11	abr/16	571	118
Letras de Crédito Imobiliário						389.439	400.866
Pré-fixado	R\$	13.782	11,85% a 14,82% a.a.	nov/14	ago/18	14.812	2.034
Pós-fixado	R\$	343.607	89,00% a 100,00% do DI	abr/14	ago/19	367.118	398.832
Pós-fixado	R\$	7.035	4,93% a 6,27% a.a. + IPCA	fev/15	set/18	7.509	-
Letras de Crédito do Agronegócio						3.175.519	2.853.925
Pré-fixado	R\$	90.525	11,76% a 16,31% a.a.	fev/14	jan/21	94.434	3.563
Pós-fixado	R\$	2.831.633	87,00% a 98,50% a.a. do DI	dez/07	fev/22	3.035.283	2.850.362
Pós-fixado	R\$	43.653	4,62% a 6,52% a.a. + IPCA	fev/15	dez/18	45.802	-
Letras Financeiras						13.633.973	13.011.497
Pré-fixado	R\$	333.650	9,21% a 17,94% a.a.	ago/12	fev/24	391.883	794.704
Pós-fixado	R\$	10.977.889	104,00% a 112,02% do DI	jun/11	abr/19	12.746.766	11.761.239
Pós-fixado	R\$	370.019	3,17% a 8,31% a.a. + IPCA	jan/12	set/21	483.191	404.010
Pós-fixado	R\$	10.000	5,78% a.a. + IGPM	jun/14	jun/16	12.133	12.836
Pós-fixado	R\$	30.000	109,30% da Selic	abr/12	abr/15	-	38.708
Operações estruturadas						-	32.280
Pré-fixado	R\$	30.378	11,25% a.a.	jun/14	jun/15	-	32.280
Obrigações por TVM no Exterior						8.123.303	6.615.204
Pré-fixado	R\$	822.327	6,25% a 19,77% a.a.	out/09	jul/20	1.158.483	1.104.487
Pós-fixado	R\$	10.735	91,25% a 101,40% do DI	fev/12	fev/17	11.272	3.103
Com variação cambial	USD	1.196.861	0,50% a 6,60% a.a. + variação cambial	set/06	jun/20	6.948.425	5.503.150
Com variação cambial	EUR	1.205	No Coupon + variação cambial	nov/15	jun/16	5.123	4.464
Total						25.322.805	22.913.890
Passivo circulante						15.483.086	10.741.385
Passivo não circulante						9.839.719	12.172.505

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2015	31.12.2014
Obrigações legais (Nota 27d)	9.686	1.914
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	515.597	471.788
Provisão para demandas fiscais (Nota 27a) ⁽¹⁾	45.724	71.557
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros ⁽¹⁾	257.787	473.073
Impostos e contribuições a recolher	80.660	79.875
Passivo fiscal diferido (Nota 24d)	258.671	334.769
Total	1.168.125	1.432.976
Passivo circulante	595.021	692.510
Passivo não circulante	573.104	740.466

⁽¹⁾ Em agosto de 2014 foram incluídos na anistia da Receita Federal, proveniente da reabertura da Lei nº 11.941/2009, os débitos de IRPJ/CSLL sobre a dedutibilidade da COFINS depositados judicialmente. Foi protocolada a desistência dos processos judiciais que discutem os assuntos e aguarda-se a conversão de parte do depósito judicial em renda da União e consequente levantamento do valor anistiado. Os valores provisionados em contas de passivos contingentes foram revertidos integralmente e foi contabilizado o montante equivalente à parte do depósito a ser levantado pela União na conta de Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Dívidas Subordinadas

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data da captação	Vencimento	31.12.2015	31.12.2014
Nota Subordinada					3.652.280	3.381.863
Com variação cambial	USD 841.988	7,38% a.a. + variação cambial	jan/13	jan/20	3.652.280	3.381.863
Letras Financeiras Subordinadas					2.393.656	2.423.385
Pré-fixado	5.310	de 15,62% a 17,63% a.a.	ago/15	ago/22	5.558	-
Pós-fixado	1.470.500	de 1,28% a 1,91% a.a. + CDI de 111,00% a 119,00% do DI	nov/10	nov/22	1.506.957	1.601.599
Pós-fixado	187.200	de 6,60% a 7,57% a.a. + IGPM	mai/11	out/17	318.754	264.098
Pós-fixado	336.681	de 7,00% a 9,31% a.a. + IPCA	mai/11	set/22	562.387	557.688
Total					6.045.936	5.805.248
Passivo circulante					576.404	-
Passivo não circulante					5.469.532	5.805.248

c) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data da captação	Vencimento	31.12.2015	31.12.2014
Letras Financeiras Subordinadas					881.642	434.290
Pós-fixado	432.431	de 1,72% a 2,16% a.a. + CDI de 111,00% a 119,00% do DI	jan/14	jul/22	530.061	355.516
Pós-fixado	255.092	7,32% a 8,63% a.a. + IPCA	nov/13	mai/30	312.809	78.774
Pré-fixado	35.000	14,52% a.a. a 15,11% a.a.	abr/15	mai/22	38.772	-
Total					881.642	434.290
Passivo não circulante					881.642	434.290

d) Diversas

	31.12.2015	31.12.2014
Obrigações de operações vinculadas a cessões ⁽¹⁾	15.676.940	14.776.872
Obrigações por aquisição de bens e direitos	209	1.449
Provisão para pagamentos a efetuar	533.386	493.856
Provisões para demandas cíveis (Nota 27a)	300.598	324.968
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 27a)	909.712	961.854
Valores a pagar sociedades ligadas	12	13
Credores diversos – no exterior	2.158	1.622
Credores diversos – no País	720.485	739.721
Operações com cartão de crédito	784.032	676.851
Ajuste a mercado op. de arrendamento	-	1.869
Obrigações por cotas de fundos de investimento	-	1.272.761
Outras	22	456
Total	18.927.554	19.252.292
Passivo circulante	10.478.364	10.670.838
Passivo não circulante	8.449.190	8.581.454

⁽¹⁾ Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios, realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012, conforme regulamentação vigente.

21. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Administração de fundos de investimento	56.142	107.728	98.557
Rendas de cobrança	1.259	2.759	3.964
Comissões sobre colocação de títulos	31.491	54.388	60.590
Corretagens de operações em Bolsa	8.889	16.070	13.193
Rendas de serviços de custódia	1.282	2.369	1.610
Rendas de garantias prestadas	67.141	125.599	146.410
Transações de cartão de crédito	35.194	67.178	57.477
Comissão de corretagem de seguros	6.712	14.540	18.630
Assessoria financeira	4.018	8.635	10.006
Rendas de serviços prestados ligadas	12.954	25.318	24.502
Outros serviços	6.991	18.280	14.742
Total	232.073	442.864	449.681

b) Rendas de tarifas bancárias

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Confecção de cadastro	128.266	257.625	249.178
Transferência de recursos	209	406	504
Avaliação de bens	91.870	176.792	187.328
Rendas de cartão de crédito	45.514	81.895	70.765
Outras	916	1.941	3.379
Total	266.775	518.659	511.154

c) Despesas de Pessoal

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Honorários e Pró Labore	(9.710)	(18.479)	(17.918)
Benefícios	(66.602)	(131.538)	(130.519)
Encargos sociais	(84.535)	(181.086)	(174.471)
Proventos	(299.865)	(582.133)	(585.003)
Demandas trabalhistas	(117.577)	(293.524)	(405.767)
Treinamentos	(1.781)	(2.941)	(4.383)
Total	(580.070)	(1.209.701)	(1.318.061)

d) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Água, energia e gás	(3.826)	(7.011)	(4.431)
Aluguéis	(43.809)	(84.516)	(94.935)
Comunicações	(35.498)	(73.221)	(75.380)
Manutenção e conservação de bens	(6.584)	(15.526)	(17.622)
Material	(3.273)	(5.874)	(3.348)
Processamento de dados	(89.144)	(177.585)	(177.168)
Promoções e relações públicas	(5.092)	(7.587)	(5.450)
Propaganda e publicidade	(3.390)	(4.505)	(4.191)
Publicações	(104)	(717)	(898)
Seguros	(1.476)	(2.225)	(2.754)
Serviços do sistema financeiro	(45.636)	(97.648)	(128.762)
Serviços de terceiros	(4.531)	(8.702)	(12.455)
Serviços de vigilância e segurança	(939)	(1.922)	(2.562)
Serviços técnicos especializados	(191.438)	(364.398)	(308.389)
Transportes	(6.226)	(12.683)	(15.046)
Viagens	(5.402)	(11.200)	(10.490)
Emolumentos judiciais e cartorários	(62.376)	(110.704)	(134.713)
Amortização	(12.038)	(23.160)	(16.683)
Depreciação	(10.246)	(20.529)	(18.740)
Outras	(58.264)	(100.560)	(65.489)
Total	(589.292)	(1.130.273)	(1.099.506)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Recuperação de encargos e despesas	762	1.373	1.331
Variação cambial de investimentos no exterior	339.010	524.819	144.918
Reversão de provisões – demandas cíveis e fiscais	23.908	57.063	44.426
Atualização de depósitos em garantia	51.334	90.727	74.220
Variação monetária ativa	7.671	14.748	28.084
Ressarcimento de custos associados	106	520	3.472
Reversão de provisão para perdas – Outros riscos	-	-	66.760
Reversão de provisão p/ perdas - Fianças não honradas	102.589	121.257	-
Reversão de provisão para remuneração variável	7.389	7.389	166.400
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	3.200
Rendas de direitos específicos de controladas não sujeitas ao BACEN	-	-	68.948
Outras	109.432	163.954	30.704
Total	642.201	981.850	632.463

f) Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Custos associados a produção - Parceiros comerciais ⁽¹⁾	(235.964)	(525.328)	(516.081)
Custos associados à produção – Outras despesas	(15.402)	(31.026)	(42.555)
Indenizações cíveis	(144.294)	(236.229)	(214.339)
Provisão para perdas - Fianças não honradas	-	-	(102.230)
Provisão para perdas – Outros riscos	(71.796)	(54.008)	-
Despesas de Juros (adesão REFIS)	(23.574)	(43.810)	(12.674)
Ajuste liquidação antecipada parcial de cessões de crédito	-	-	(124.745)
Outras	(201.008)	(268.317)	(249.482)
Total	(692.038)	(1.158.718)	(1.262.106)

⁽¹⁾ Referem-se principalmente às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas.

22. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Receitas não operacionais	17.635	43.045	155.451
Investimentos por incentivos fiscais ⁽¹⁾	-	-	154.724
Lucro na alienação de valores e bens	-	8.635	-
Rendas de aluguéis	381	633	359
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.598	8.880	368
Outras receitas não operacionais	14.656	24.897	-
Despesas não operacionais	(28.895)	(71.802)	(49.279)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(8.029)	(27.748)	(5.025)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(3.447)	(3.863)	-
Perdas de Capital	(1.321)	(9.125)	(3.703)
Desvalorização de outros valores e bens	(15.740)	(19.602)	(31.819)
Outras despesas não operacionais	(358)	(11.464)	(8.732)
Total	(11.260)	(28.757)	106.172

⁽¹⁾ Refere-se ao ganho apurado pelo Conglomerado na venda de ações decorrentes de incentivos fiscais (FINOR) para a Votorantim Cimentos S.A..

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social do Banco Votorantim S.A., totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 7.483.754 (7.125.761 em 31 de dezembro de 2014) está representado por 105.391.472.816 ações, sendo 86.229.386.840 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 19.162.085.976 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2013, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social no montante de R\$ 98.920, mediante a emissão de 1.442.096.204 novas ações, sendo 1.179.896.894 ações ordinárias e 262.199.310 ações preferenciais, sem valor nominal. O aumento do Capital Social foi aprovado e homologado pelo Banco Central do Brasil em 25 de fevereiro de 2014.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2015, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$ 357.993, sem a emissão de novas ações, homologado pelo Banco Central do Brasil em 14 de maio de 2015.

b) Reserva de capital

A Reserva de capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 372.120.

c) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para "Reserva especial de lucros", o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício, deduzido da Reserva legal.

A Administração propõe a distribuição sobre o Lucro do período no montante de R\$ 114.409 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 119.331 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

	Exercício/2015	Exercício/2014
	Valor (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)
Lucro líquido do período	481.720	502.447
Reserva legal	(24.086)	(25.123)
Base de cálculo	457.634	477.324
Dividendo mínimo obrigatório	114.409	119.331
Valor proposto	114.409	119.331
% sobre a base de cálculo	25%	25%

	Exercício/2015		Exercício/2014	
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações – R\$	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações – R\$
Lucro líquido do período	481.720	4,57	502.447	4,77
Dividendos a pagar	114.409	1,09	119.331	1,13

e) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	2º Semestre/2015			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito Tributário	Saldo Final
Títulos Disponíveis para venda				
Banco Votorantim	(234.114)	(191.566)	101.171	(324.509)
Agência no Exterior	7.765	(244.961)	-	(237.196)
Controladas	(75.358)	(1.565)	6.984	(69.939)
Total	(301.707)	(438.092)	108.155	(631.644)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2015				Exercício/2014			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos Disponíveis para venda								
Banco Votorantim	(211.298)	(229.633)	116.422	(324.509)	(199.508)	(38.238)	26.448	(211.298)
Agência no exterior	(11.328)	(225.868)	-	(237.196)	349	(11.677)	-	(11.328)
Controladas	(104.497)	46.999	(12.441)	(69.939)	(158.040)	89.238	(35.695)	(104.497)
Total	(327.123)	(408.502)	103.981	(631.644)	(357.199)	39.323	(9.247)	(327.123)

24. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Valores correntes	(40.888)	(212.601)	(441.895)
IR e CSLL no País – Corrente	(88.774)	(256.646)	(473.138)
IR e CSLL no País – Exercícios anteriores	47.886	44.045	31.243
Valores Diferidos	931.244	1.148.352	586.813
Passivo fiscal diferido	(61.917)	75.172	429.720
Marcação a mercado	(90.051)	(35.457)	114.293
Superveniência de depreciação	28.134	110.629	315.427
Ativo fiscal diferido	993.161	1.073.180	157.093
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(2.564)	(69.631)	437.071
Diferenças temporárias ⁽¹⁾	787.252	820.278	(350.177)
Marcação a mercado	208.473	322.533	70.199
Total	890.356	935.751	144.918

⁽¹⁾ Inclui, no 2º semestre de 2015, o montante de R\$ 425.642, relativo a ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei n.º 13.169/2015).

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/ 2015	Exercício/ 2015	Exercício/ 2014
Resultado antes dos tributos e participações	(603.291)	(273.083)	547.208
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015) ⁽¹⁾	271.481	122.888	(218.883)
Encargos sobre JCP	31.500	31.500	44.158
Resultado de participação em controladas	35.470	70.143	59.134
Participação de empregados no lucro	32.904	81.427	75.872
Outros Valores ⁽²⁾	519.001	629.793	184.637
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	890.356	935.751	144.918

⁽¹⁾ A Medida Provisória n.º 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei n.º 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras, de 15% para 20%, a partir de 01 de setembro de 2015, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos tributários correspondentes.

⁽²⁾ Inclui, no 2º semestre de 2015, o montante de R\$ 85.578 (Individual) e R\$ 425.642 (Consolidado) relativo a ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei n.º 13.169/2015).

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Cofins	(123.812)	(274.263)	(277.430)
ISSQN	(22.933)	(47.331)	(45.631)
PIS	(20.199)	(44.786)	(45.907)
Outras	(21.230)	(35.612)	(146.331)
Total	(188.174)	(401.992)	(515.299)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2015	31.12.2014
Decorrentes de superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil	15.179	125.808
Marcação a mercado	243.492	208.961
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	258.671	334.769
Imposto de Renda	150.452	256.409
Contribuição Social	108.219	78.360

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado

	31.12.2014	Exercício/2015	31.12.2015
	Saldo	Movimentação Líquida do Período ⁽²⁾	Saldo
Diferenças temporárias	5.405.751	1.362.310	6.768.061
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	3.846.459	754.151	4.600.610
Provisões Passivas	952.200	190.392	1.142.592
Marcação a mercado ⁽¹⁾	585.901	412.132	998.033
Outras provisões	21.191	5.635	26.826
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.251.111	(186.073)	1.065.038
Total dos Créditos Tributários Ativados	6.656.862	1.176.237	7.833.099
Imposto de Renda	4.354.834	417.595	4.772.429
Contribuição Social	2.302.028	758.642	3.060.670

- (a) A parcela de R\$ 314.679 (do total de R\$ 998.033) corresponde ao crédito tributário decorrente de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrado em conta de Patrimônio Líquido. Os valores correspondentes à movimentação do crédito tributário decorrente dos ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, registrados em conta de Patrimônio Líquido, no exercício de 2015, são de R\$ 103.057.
- (b) Inclui, no 2º semestre de 2015, o montante de R\$ 425.642 relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei n.º 13.169/2015).

Não Ativado

	31.12.2015	31.12.2014
Crédito Tributário no exterior	11.855	10.483
Total dos Créditos Tributários não Ativados	11.855	10.483
Imposto de Renda	7.409	6.552
Contribuição Social	4.446	3.931

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo no consolidado não constituído de crédito tributário foi de R\$ 11.855 (R\$ 10.483 em 31 de dezembro de 2014), o qual será registrado quando atender aos aspectos regulatórios e apresentar efetiva perspectiva de realização.

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2015.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2016	2.481.301	2.142.624
Em 2017	1.220.256	900.743
Em 2018	1.005.850	634.994
Em 2019	895.872	484.784
Em 2020	1.037.703	482.789
A partir de 2021	1.192.117	295.607
Total de Créditos Tributários	7.833.099	4.941.541

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, observou-se a realização de créditos tributários no Banco no montante de R\$ 264.580 (R\$ 249.828 em 2014), correspondente a 79% (98% em 2014) da respectiva projeção de utilização para o período de 2015, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2014.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2016	7%	34%
Em 2017	10%	16%
Em 2018	13%	13%
Em 2019	30%	10%
Em 2020	10%	14%
A partir de 2021	30%	13%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e

utilizações);

f) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS - 2014

(i) Lei 12.865/13 e Lei 12.996/14

Com a publicação da Lei 12.865/13, em outubro de 2013, ficou instituído o programa de parcelamento de débitos para com a Fazenda Nacional relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras e vencidos até 31 de dezembro de 2013. O prazo para adesão informado pela referida norma encerrava-se em julho de 2014.

Com a publicação da Lei 12.996/14, houve a reabertura do programa de parcelamento estabelecido pela Lei 11.941/09, para, entre outros, de débitos relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para com a Fazenda Nacional, relativos a quaisquer tributos vencidos até 31 de dezembro de 2013. O prazo para adesão informado pela referida norma encerrava-se em agosto de 2014.

Com base no programa de parcelamento proposto pelo Governo Federal, a Companhia decidiu:

- (a)** Em julho de 2014, aderir ao REFIS, na modalidade de pagamento à vista para os débitos de COFINS oriundos de sua controlada BV Financeira, aplicando-se a redução de 100% das multas de mora, ofício ou isoladas, dos juros de mora e do encargo legal. O valor pago na adesão a este programa foi de R\$ 13.936, sendo 100% do valor pago com desembolso de caixa da Companhia, com registro na despesa de obrigações tributárias;
- (b)** Em agosto de 2014, aderir ao programa, na modalidade de pagamento com depósito judicial, para os débitos de IRPJ/CSLL sobre a dedutibilidade da COFINS, no Banco Votorantim e em suas controladas BV Financeira e Votorantim CTVM. Foi protocolada a desistência dos processos judiciais que discutem os assuntos e aguarda-se a conversão de parte do depósito judicial em renda da União e consequente levantamento do valor anistiado. Os valores provisionados em contas de passivos contingentes foram revertidos integralmente e foi contabilizado o montante equivalente à parte do depósito a ser levantado pela União na conta de Impostos e contribuições sobre lucros a pagar. O valor ora reclassificado será atualizado pela taxa SELIC até a data da efetiva conversão do depósito;
- (c)** Em agosto de 2014, aderir ao programa, na modalidade de pagamento à vista para os débitos de IRPJ/CSLL sobre a desmutualização da CETIP oriundos de suas controladas Votorantim CTVM e Votorantim ASSET, aplicando-se a redução de multas de mora, ofício ou isoladas, dos juros de mora e do encargo legal.

A situação permanece inalterada até que os valores sejam analisados pela Receita Federal do Brasil.

25. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco Votorantim, formado pela Diretoria, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Honorários e Pró labore	9.710	18.479	16.367
Gratificações	550	26.012	21.406
Encargos sociais	2.966	13.282	11.086
Total	13.226	57.773	48.859

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2014						Total
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da administração ⁽³⁾	Outras ⁽⁴⁾	
Ativos							
Disponibilidades	95.825	-	-	-	-	-	95.825
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	3.535.010	-	23.532.121	-	-	-	27.067.131
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	9.914	29.104.800	-	-	1.460.047	30.574.761
Outros créditos	23.881	2.706	38.808	9	-	701	66.105
Passivos							
Depósitos à vista	(18)	(174)	(6.357)	(84)	(159)	(205)	(6.997)
Depósitos a prazo	-	(6.311)	(5.204)	(231.999)	(512)	-	(244.026)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(388.232)	-	-	-	(388.232)
Obrigações por operações compromissadas	(1.842)	(324.090)	(214)	-	(220)	-	(326.366)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	(15.019)	-	(15.019)
Obrigações por empréstimos e repasses	(7.246)	-	-	-	-	-	(7.246)
Instrumentos financeiros derivativos	(87.154)	(9.857)	(23.357.150)	-	-	-	(23.454.161)
Outras obrigações	(14.791.725)	-	(1.363)	-	-	(472.897)	(15.265.985)
2º Semestre/2014							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	757.305	4.919	1.697.950	-	261	41.368	2.501.803
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(3.971)	(25.871)	(303.936)	(28.087)	(1.128)	-	(362.993)
Exercício/2014							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	1.392.691	155.011	3.064.732	-	261	168.978	4.781.673
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(10.112)	(34.114)	(612.439)	(37.142)	(3.031)	-	(696.838)

- (1) Empresas relacionadas na Nota Explicativa nº 3 identificadas no item (1). Não inclui operações entre as controladas financeiras.
- (2) Inclui BV Promotora S.A (atual denominação da BVIP – BV Investimentos e Participações S.A.), BVIA – BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A., Votorantim Corretora de Seguros S.A.
- (3) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e membros da família (cônjuge, filhos e enteados) do pessoal chave, bem como todas as empresas em que o pessoal chave possua participação.
- (4) Em 2015 inclui BVIA FIP, FIDCs I e VI; e para 2014 inclui BVIA FIP, FIDC I,II e VI

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Programa de remuneração variável

A Companhia implementou no primeiro semestre de 2013 o Programa de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012.

A Companhia possui 3 planos de incentivos de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo. São eles:

a) Incentivo Variável Condicionado: plano com duração de no mínimo 1 ano e no máximo 3 anos, que consiste na concessão de um incentivo em espécie condicionado à performance de cada ano. São elegíveis ao plano todos os empregados do Conglomerado.

b) Incentivo de Longo Prazo: plano com duração de 4 anos, que consiste na concessão de Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) da Companhia baseado na performance de cada ano. São elegíveis ao plano os diretores e os empregados de nível executivo.

c) Programa de Compra de Ações Virtuais: plano com duração de 4 anos, onde todos os diretores e empregados tem a oportunidade de investir parte ou totalidade da remuneração variável disponível em Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) da Companhia e, em contrapartida, a Companhia entrega de forma progressiva Unidades de Investimentos adicionais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram reconhecidos no resultado, em Despesas de Pessoal – Proventos R\$ 161.274 (R\$ 164.313 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Essa despesa decorre de acordos celebrados com alguns colaboradores do Conglomerado, em conformidade com a política de remuneração. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão, considerando-se que os titulares estejam empregados no Conglomerado durante o período, cuja liquidação ocorre em espécie.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ocorreram pagamentos no valor de R\$ 36.609, sendo R\$ 27.901 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2012 e R\$ 8.708 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2013.

Em 31 de dezembro de 2015, o Conglomerado registrou na rubrica de Outras obrigações – Diversas - Provisão para pagamentos a efetuar o montante de R\$ 293.509 (R\$ 191.205 em 31 de dezembro de 2014).

Cálculo do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Conglomerado concedeu 72.374.929 (87.178.062 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014) ações virtuais aos diretores e empregados. O valor inicial das ações virtuais foi calculado sobre o Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2014, onde foi atribuído o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada unidade de ação virtual.

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio líquido por determinação das práticas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio líquido serão excluídas as movimentações não recorrentes, que serão avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

27. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme Resolução CMN nº 3.823/2009.

Ações Trabalhistas

O Conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações Fiscais

O Conglomerado está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

a) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis – Prováveis

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009, o Conglomerado constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda “provável”.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Demandas fiscais			
Saldo inicial	42.930	71.557	573.264
Constituições	14.095	14.177	92.716
Reversão da provisão	(5.228)	(28.086)	(626.757)
Baixa por pagamento	(7.543)	(15.277)	(765)
Atualização monetária	1.470	3.353	33.099
Saldo final	45.724	45.724	71.557
Demandas cíveis			
Saldo inicial	325.632	324.968	327.696
Constituições	62.428	122.161	161.123
Reversão da provisão	(53.344)	(91.083)	(79.014)
Baixa por pagamento	(74.570)	(125.260)	(108.066)
Atualização monetária	40.452	69.812	23.229
Saldo final	300.598	300.598	324.968
Demandas trabalhistas			
Saldo inicial	1.033.360	961.854	751.257
Constituições	306.756	526.071	315.078
Reversão da provisão ⁽¹⁾	(248.220)	(358.765)	(68.226)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(215.147)	(301.627)	(132.276)
Atualização monetária	32.963	82.179	96.021
Saldo final	909.712	909.712	961.854

Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis **1.256.034** **1.256.034** **1.358.379**

⁽¹⁾ As reversões e baixas das contingências trabalhistas referem-se, basicamente, a indenizações trabalhistas por acordos.

Cronograma esperado de desembolsos

	31.12.2015		
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	909.712	36.427	300.598
De 5 a 10 anos	-	9.297	-
Total	909.712	45.724	300.598

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

b) Passivos Contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Banco. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

	31.12.2015	31.12.2014
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	1.016.785	1.032.103
Demandas Cíveis ⁽²⁾	40.019	27.585
Demandas Trabalhistas ⁽³⁾	1.008.555	1.393.812
Total	2.065.359	2.453.500

⁽¹⁾ No Consolidado referem-se basicamente: a) IRPJ/CS sobre equivalência patrimonial de investimentos no exterior R\$ 223.034 (R\$ 211.148 em 31 de dezembro de 2014); b) INSS sobre PLR R\$ 51.514 (R\$ 217.337 em 31 de dezembro de 2014); c) IRPJ de excesso de destinação ao FINOR (2004 a 2010) R\$ 119.710 (R\$ 113.051 em 31 de dezembro de 2014); d) ISS R\$ 11.139 (R\$ 19.709 em 31 de dezembro de 2014); e) INSS sobre Participações nos Lucros e Resultados - Nassau Branch R\$ 39.130 (R\$ 36.735 em 31 de dezembro de 2014); f) PIS / COFINS sobre desmutualização R\$ 36.651 (R\$ 34.177 em 31 de dezembro de 2014); g) IRPJ/CS sobre compensação indevida de prejuízo fiscal - Gratificações a diretores estatutários R\$ 27.043 (R\$ 25.577 em 31 de dezembro de 2014); h) IRPJ/CSLL – Dedução PDD 2008 R\$ 99.113 (R\$ 94.075 em 31 de dezembro de 2014); i) Multa de Infração (não homologação de DCOMP) R\$ 127.753 (R\$ 113.679 em 31 de dezembro de 2014); j) CSLL – Auto de Infração: Exclusão Indevida na BACEN de Juros de Títulos de Governos Estrangeiros(Dinamarca, Espanha e Áustria) dos anos de 2009 e 2010, no valor total de contribuição de R\$ 127.441 (principal, multa e juros – R\$ 66.031 em 31 de dezembro de 2014 referente ao ano de 2009); k) IRPJ/CSLL – Auto de Infração: Exclusão indevida de ágio na aquisição de Títulos de Governos Estrangeiros (ano de 2010) no valor total de R\$ 11.152 de IRPJ e R\$ 9.908 de

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

CSLL; l) PerDcomp: impossibilidade de utilização de IRRF exterior s/ remessas exterior como saldo negativo de IRPJ, no valor de R\$ 29.827.

(2) No Consolidado referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

(3) No Consolidado referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2015	31.12.2014
Demandas Fiscais	682.384	609.994
Demandas Cíveis	222.275	157.356
Demandas Trabalhistas	265.202	170.494
Outros	-	46
Total	1.169.861	937.890

d) Obrigações Legais

O Conglomerado mantém registrado em contas específicas de Obrigação Legal o montante de R\$ 9.686 (R\$ 1.914 em 31 de dezembro de 2014) relativo às seguintes ações:

d.1) PIS LC 07/70 – BV Financeira S.A. CFI

A BV Financeira S.A. - CFI impetrou Mandado de Segurança visando o reconhecimento ao direito líquido e certo de recolher a contribuição para o PIS na forma do disposto na Lei Complementar nº 7/70, no período compreendido entre 01.07.1997 até 90 dias após a publicação da Emenda Constitucional nº 17/97. Ademais, requereu-se que, para o período posterior (de março/1998 a dezembro/1999), referida contribuição fosse recolhida sobre a receita bruta operacional.

Atualmente, o Mandado de Segurança está suspenso no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, aguardando o STF proferir decisão em recurso representativo de controvérsia, decisão esta que deverá ser replicada em todos os casos que versem sobre a mesma matéria e que estejam pendentes de julgamento perante o Poder Judiciário.

Para referido processo temos a provisão de de R\$ 684 (R\$ 660 em 31 de dezembro de 2014) registrados na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias – Obrigações Legais.

d.2) ISS Sobre Garantias Prestadas – Banco Votorantim S.A.

O Banco Votorantim ajuizou Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária cumulada com Repetição de Indébito, na qual se visa afastar a incidência do ISS sobre receitas oriundas de operações de aval, fiança e outras garantias prestadas, bem como obter a restituição dos valores pagos a tal título nos últimos cinco anos.

Como o pedido de tutela antecipada foi indeferido pelo juiz de primeiro grau, o Banco passou a realizar mensalmente o depósito judicial dos valores discutidos, com vistas a suspender a exigibilidade do crédito tributário. Atualmente, aguarda-se a prolação de Sentença.

Para referido processo temos a provisão de R\$ 6.215 (R\$ 1.254 em 31 de dezembro de 2014) registrados na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias – Obrigações Legais.

d.3) Fator Acidentário de Proteção – FAP – Banco Votorantim S.A., BV Financeira S.A. CFI

Foram ajuizadas Ações Declaratórias visando à declaração da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a autora à apuração e ao recolhimento da contribuição ao Seguro contra Acidentes de Trabalho – SAT mediante aplicação do Fator Acidentário de Proteção – FAP, a partir de janeiro de 2010.

Como o pedido de tutela antecipada foi indeferido pelo juiz de primeiro grau, o Banco e a BV Financeira realizaram depósitos judiciais dos valores discutidos para o ano de 2010, com vistas a suspender a exigibilidade do crédito tributário. Posteriormente, o valor passou a ser regularmente recolhido.

Quanto às ações do Banco Votorantim e da CP Promotora, houve sentença julgando improcedente o pedido, bem como, no primeiro caso, extinguindo o processo sem resolução do mérito com relação ao INSS, tendo em vista sua ilegitimidade passiva. Em face das referidas decisões foram interpostos Embargos de Declaração, tendo somente o recurso do Banco sido acolhido apenas para sanar omissão quanto a alegação pontual da União, mantendo-se, contudo, o decreto de improcedência do pedido. Dessa forma, interpuseram-se Recursos de Apelação com o fim de reformar integralmente as Sentenças de primeiro grau, os quais foram recebidos em seu duplo efeito. Atualmente, aguarda-se o julgamento das Apelações interpostas.

Com relação à ação da BV Financeira, após a distribuição da ação, houve sentença que julgou procedente o pedido, concedendo também a tutela antecipada. Entretanto, em que pese a decisão favorável, foi interposto Recurso de Apelação pela Autora para que a matéria fosse apreciada também pelo TRF3, já que o juiz de primeiro grau não apreciou a matéria fático-probatória. Trata-se, portanto, de recurso meramente preventivo, para o caso de o argumento da inconstitucionalidade do FAP ser afastado pelo Tribunal. Atualmente, aguarda-se o julgamento das Apelações interpostas.

Para os referidos processos temos a provisão de R\$ 2.787 registrados na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias – Obrigações Legais.

e) Ações civis públicas

O Conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

Os principais temas discutidos nessas ações referem-se à cobrança de tarifas e questões envolvendo crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS.

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da

rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

e) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

f) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução CMN nº 3.988 e a Circular BACEN nº 3.547, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);

- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal).

Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Financeiro, e o Conglomerado Prudencial a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

Para fins de comparação, são apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia tanto para o Conglomerado Financeiro quanto para o Conglomerado Prudencial.

Índice de Basileia	31.12.2015		31.12.2014
	Prudencial	Financeiro	Financeiro
PR – Patrimônio de Referência	10.742.263	10.742.263	11.276.249
Nível I	6.686.016	6.686.016	7.159.443
Capital Principal	6.686.016	6.686.016	7.159.443
Patrimônio Líquido	7.616.664	7.616.664	7.553.874
Ajustes Prudenciais	(930.648)	(930.648)	(394.431)
Ativos diferidos	(14.767)	(14.767)	(41.558)
Outros	(913.229)	(913.229)	(352.873)
Ajustes ao valor de mercado	(2.652)	(2.652)	-
Nível II	4.056.247	4.056.247	4.116.806
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	4.056.247	4.056.247	4.116.806
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013	834.046	834.046	434.290
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN nº 4.192/2013 ⁽¹⁾ ⁽²⁾	3.222.201	3.222.201	3.682.516
Recursos captados no exterior	1.884.476	1.884.476	2.153.687
Recursos captados com CDB	272.451	272.451	311.373
Recursos captados com Letras Financeiras	1.065.274	1.065.274	1.217.456
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	70.549.049	71.279.212	75.374.854
Risco de Crédito (RWACPAD)	62.926.270	62.882.967	67.931.827
Risco de Mercado (RWAMPAD)	2.842.895	2.842.895	3.255.044
Risco Operacional (RWAOPAD)	4.779.884	5.553.350	4.187.983
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido⁽³⁾	7.760.395	7.840.713	8.291.234
Capital Principal Mínimo Requerido⁽⁴⁾	3.174.707	3.207.565	3.391.868
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido⁽⁵⁾	4.232.943	4.276.753	4.145.617
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	392.989	-	231.291
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.981.868	2.901.550	2.985.015
Margem sobre o Capital Mínimo Requerido	3.511.308	3.478.451	3.767.576
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido	2.453.073	2.409.263	3.013.827
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido incluído RBAN	2.588.879	-	2.753.725
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	9,48%	9,38%	9,50%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	9,48%	9,38%	9,50%
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,23%	15,07%	14,96%

⁽¹⁾ Os Instrumentos autorizados pelo BACEN a compor o PR conforme Resolução CMN nº 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022, sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.

⁽²⁾ Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunha o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o decaimento de 10%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.192/2013.

⁽³⁾ Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a:

- a. 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015.
- b. 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016.
- c. 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017.
- d. 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018.
- e. 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

⁽⁴⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽⁵⁾ Representa o mínimo de 5,5% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2014, e de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	Financeiro	
	31.12.2015	31.12.2014
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	(31.447)	(3.411)
Ajuste Prudencial VII Créditos Tributários de Diferença Temporária	(418.931)	(123.844)
Ajuste Prudencial VIII - Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa	(462.851)	(225.617)
Ajuste Prudencial IX - Ativos Diferidos	(14.767)	(41.558)
Ajuste Prudencial XV – Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(2.652)	-
Total	(930.648)	(394.430)

g) Índice de Imobilização

A partir de 2015, o índice de imobilização passou a ser exigido apenas para o Conglomerado Prudencial, totalizando 4,68% em 31 de dezembro de 2015, sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 2.669/1999.

Em 31 de dezembro de 2014 o índice de imobilização foi apurado a partir de Conglomerado Financeiro totalizando 4,00%.

	Prudencial 31.12.2015	Financeiro 31.12.2014
Limite de imobilização		
Limite para imobilização	5.371.131	5.638.123
Valor da situação para o limite de imobilização	503.015	451.833
Valor da margem ou insuficiência	4.868.116	5.186.290

Em atendimento a Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras internacionais, que em determinados casos podem exigir manutenção de índices financeiros (financial covenants). Quando exigidos os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 31 de dezembro de 2015 o Conglomerado não possuía operações com estas características.

b) Lei 12.973/2014 (Medida Provisória nº 627/2013)

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins; Dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

O Conglomerado optou pela adoção dos impactos da Lei 12.973/2014 a partir do ano de 2014.

c) Lei 13.097/2015 (Medida Provisória nº 656/2014)

A Lei 13.097, de 20.01.2015 (conversão da MP 656/2014), alterou os valores dos limites para fins dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.

d) Informações de filiais e controladas no exterior

	31.12.2015	31.12.2014
Ativo	9.332.919	6.166.704
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	9.234.863	6.062.976
Outras controladas	98.056	103.728
Total do Ativo	9.332.919	6.166.704
Passivo	(7.891.914)	(5.078.072)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	(7.878.700)	(5.043.128)
Outras controladas	(13.214)	(34.944)
Patrimônio líquido	(1.441.005)	(1.088.632)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	(1.356.163)	(1.019.848)
Outras controladas	(84.842)	(68.784)
Total do Passivo	(9.332.919)	(6.166.704)

	2º Semestre/ 2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Lucro/(Prejuízo)	22.119	63.495	(10.294)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	26.354	66.959	7.427
Outras controladas	(4.235)	(3.464)	(17.721)

e) Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

f) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Dividendos

Em 20 de janeiro de 2016, a Administração aprovou a proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a ser encaminhada nas respectivas Assembleias Gerais Ordinárias, que inclui a distribuição de dividendos obrigatórios das controladas BV Financeira no montante de R\$ 120.374, Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários no montante de R\$ 1.597 e a Votorantim Corretora de Seguros no montante de R\$ 37.315.
